

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 03-8-2016.

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Ana Terra do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Cassio Trogildo, Delegado Cleiton, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Jussara Cony, Luciano Marcantônio, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Tarciso Flecha Negra e Waldir Canal. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Bernardino Vendruscolo, Cláudio Janta, Dinho do Grêmio, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Kevin Krieger, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mario Manfro, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Paulo Brum, Paulinho Ruben Berta, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 131/16 (Processo nº 1393/16), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Lei do Legislativo nº 168/16 (Processo nº 1664/16), de autoria de Dr. Goulart; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/12 (Processo nº 0914/12), de autoria de Engº Comassetto; o Projeto de Lei do Legislativo nº 158/16 (Processo nº 1550/16), de autoria de Idenir Cecchim; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 156/16 (Processo nº 1548/16), de autoria de José Freitas. Após, foi apregoado o Ofício nº 713/16, do Prefeito, comunicando que se ausentará do Município das sete horas e quarenta e nove minutos às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos do dia três de agosto do corrente, ocasião em que participará de reunião com Maria Henriqueta Arantes, Secretária de Habitação do Ministério das Cidades, em Brasília – DF. Também, foi apregoado o Ofício nº 038/16, do Vice-Prefeito, comunicando seu licenciamento por sessenta dias, a contar do dia cinco de agosto do corrente, nos termos dos artigos 57, inciso II, e 92, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. A seguir, foi apregoado Requerimento de autoria de José Freitas, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia dois ao dia quatro de agosto do corrente. Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando Licença para Tratamento de Saúde para Professor Garcia do dia três de agosto ao dia primeiro de outubro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Mendes Ribeiro, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia três ao dia dez de agosto do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Paulinho Ruben Berta, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a tratar do tema “Semana Mundial de Aleitamento Materno”. A seguir, procedeu-se à apresentação do esquete teatral Falar de Mãe é Falar de Amor,

encenado pelo grupo de teatro Luz & Cena. Após, o Presidente concedeu a palavra a Fernando Ritter, Secretário Municipal de Saúde, que se pronunciou acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra, Paulinho Ruben Berta, Jussara Cony, Sofia Cavedon, Dr. Thiago, Adeli Sell, Engº Comassetto e Lourdes Sprenger. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Paulinho Ruben Berta e Jussara Cony. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e três minutos às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO, neste Legislativo, de representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – Smam –, do Departamento Municipal de Água e Esgotos – DMAE – e da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – Fepam. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, presidindo os trabalhos; Léo Antonio Bulling, representando a Smam; Antônio Elisandro de Oliveira e Marcelo Gil Faccin, Diretor-Geral e Diretor de Tratamento, respectivamente, do DMAE; e Ana Rosa Bered e Vagner Hoffmann, representando a Fepam. A seguir, o Presidente concedeu a palavra a Antônio Elisandro Oliveira e Marcelo Faccin, que se pronunciaram sobre a qualidade da água do Município de Porto Alegre. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Valter Nagelstein, Lourdes Sprenger, Paulinho Ruben Berta, Engº Comassetto, Jussara Cony, Paulinho Motorista, Waldir Canal e Mario Manfro, que se manifestaram acerca do tema em debate. Após, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Léo Antônio Bulling, Vagner Hoffman, Ana Rosa Bered e Antônio Elisandro de Oliveira. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 074/15 e 079, 098, 126, 136, 147, 162 e 164/16 e o Projeto de Lei do Executivo n^o 018/16; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 088, 097, 120, 127, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 150, 151, 152 e 153/16 e os Projetos de Resolução n^{os} 023, 026, 027, 029, 030, 031 e 032/16. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Sofia Cavedon. Durante a Sessão, Sofia Cavedon e Lourdes Sprenger manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezoito horas e onze minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Engº Comassetto e secretariados por Delegado Cleiton. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim, na condição de Líder da Bancada do PMDB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Professor Garcia no período de 03 de agosto a 1º de outubro de 2016. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Mendes Ribeiro, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE.

O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 03 a 10 de agosto de 2016. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver.

Paulinho Ruben Berta, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE. Seja bem-vindo, Ver. Paulinho Ruben Berta.

O Ver. José Freitas solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 02 a 04 de agosto de 2016.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar sobre a Semana Mundial de Alimento Materno, trazido pelo Sr. Fernando Ritter, Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre. Convidamos para compor a Mesa o Sr. Fernando Ritter, Secretário Municipal de Saúde.

Vamos iniciar este período temático sobre a Semana Mundial de Alimento Materno com a apresentação de esquete teatral denominado Falar de Mãe é Falar de Amor.

(Procede-se à apresentação de esquete teatral do grupo Luz & Cena.)...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Muito bem, agradecemos ao grupo de teatro Luz & Cena, que já tem 38 anos de estrada, de história e que nos apresentou este belo esquete teatral Falar de Mãe é Falar de Amor. Muito obrigado pelo momento lúdico que nos proporcionou.

O Sr. Fernando Ritter, Secretário Municipal da Saúde, está com a palavra.

O SR. FERNANDO RITTER: Boa tarde a todos, eu queria, primeiramente, cumprimentar o nosso Presidente Cassio Trogildo pela oportunidade de estarmos aqui, cumprimentando todos os Vereadores que estão aqui neste dia extremamente importante. Igualmente, queria cumprimentar os trabalhadores da Secretaria Municipal da Saúde, a Cármen, que é responsável pela Saúde Nutricional do Município de Porto Alegre, dentro da Coordenação Geral de Políticas Públicas em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, já parabenizando pela excelente organização desta Semana de Amamentação.

Então, eu queria ter esta oportunidade de falar para vocês sobre este momento extremamente importante que nós estamos passando nesta semana e falar um pouquinho sobre amamentação. Vamos falar um pouquinho sobre as ações de promoção em aleitamento materno, alimentação complementar e saudável no Município de Porto Alegre, como o que nós estamos desenvolvendo no Município. Eu queria também agradecer ao grupo teatral que encenou, juntamente com a Secretaria Municipal da Saúde, onde a gente deu algumas orientações com relação a algumas coisas importantes. Sei que faltou muita coisa, não foi esquecimento, mas, sim, porque focamos, exatamente, na importância da amamentação, mas poderíamos aqui trazer coisas importantes sobre o papel do pai na amamentação, o papel da família na amamentação, que é fundamental, a importância de amamentação em qualquer espaço, no local de

trabalho, nas ruas, nas praças. Relembro o projeto de lei, que foi aprovado aqui nesta Casa, que torna crime se a mulher se sentir constrangida em algum momento ou alguém proibi-la de amamentar, aqui no Município de Porto Alegre, um projeto de lei do nosso Vereador Cassio Trogildo, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, mostrando que também tem essa importância aqui dentro.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. FERNANDO RITTER: O aleitamento materno, como já foi colocado um pouquinho na peça teatral, causa menor morbidade, ou seja, menor chance de a criança adoecer e conseqüente mortalidade. Trabalhos mostram que, para crianças que são amamentadas no peito, diminui, imensamente, o risco de morrer com menos de um ano de idade, menor causa de problemas dentários. Eu, como dentista, posso afirmar a importância da amamentação para o desenvolvimento facial, para a respiração da criança, para o desenvolvimento do palato. A melhor prevenção para problemas de maloclusão que a gente pode dar para uma criança é a amamentação. Sempre uma amamentação de forma que ela seja de acordo com a disponibilidade que a criança precisa, e isso é fundamental, porque isso vai propiciar um melhor desenvolvimento dentário, proteger os dentes e dar uma condição de vida melhor. Maior inteligência, isso é comprovado, isso são estudos, inclusive, da principal revista internacional do mundo, que é a The Lancet, uma revista inglesa que coloca que crianças que são amamentadas no peito têm uma condição de aprendizado melhor. Então, se a gente quer melhorar os nossos índices de ensino, nós temos que pensar na amamentação. Essa desigualdade que acontece nos municípios precisa ser corrigida. E também proteger contra o excesso de peso e diabetes; crianças que são amamentadas no peito têm menos chance de chegar a uma obesidade e também a diabetes. Por isso é fundamental a gente trabalhar a amamentação.

Outra questão é que a amamentação beneficia as mães, não somente a criança, não somente o vínculo entre a mãe e o bebê, o vínculo familiar, mas previne o câncer de mama, aumenta o intervalo interpartal. Então, a mulher que amamenta tem menos chance de engravidar, pelo menos, enquanto tiver uma amamentação exclusiva. Reduz o risco de a mulher desenvolver diabetes, câncer de ovário e câncer de mama. Então, é importante a amamentação também para a vida da mulher. Estima-se que a ampliação da amamentação pode prevenir cerca de 823 mil mortes de crianças e mais de 20 mil mortes de mulheres. Por isso a Secretaria Municipal da Saúde coloca isso como uma de suas prioridades, coloca isso como meta de gestão – o incentivo e o estímulo à amamentação exclusiva até o sexto mês. Além disso, o aleitamento materno é um medicamento personalizado para cada criança. Não existe qualquer outro leite que a gente compre, que a gente adquira num mercado, em algum espaço, melhor do que o leite materno, porque o leite materno é feito para cada criança.

Também é fundamental estimularmos os nossos bancos de leite. Nós temos hoje banco de leite no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. Na semana passada e retrasada, nós fizemos todo um trabalho de campanha de estímulo à amamentação

para recuperar o nosso estoque de aleitamento materno; estávamos com o estoque muito baixo. Imaginem que há casos de mães que não podem amamentar por problemas de saúde; então, nós temos os bancos de leite, temos na Santa Casa, no Hospital de Clínicas, no hospital, e as mulheres que quiserem e que tiverem condições de doar leite que têm em excesso, elas podem. Elas procurem o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, façam um cadastro, serão feitas algumas perguntas, e as mulheres podem armazenar o leite materno em casa, e nós, da Secretaria, inclusive com ajuda do Corpo de Bombeiros, buscamos na casa da pessoa para complementar os nossos estoques. A promoção de amamentação é igualmente importante tanto em países ricos quanto em países pobres, porque isso faz com que a gente tenha uma qualidade de vida, um desenvolvimento melhor das nossas crianças e dos nossos adultos.

Outra questão ainda, por isso que nós estamos colocando como prioridade na Secretaria Municipal da Saúde, é que o aleitamento materno exclusivo até o sexto mês, no Brasil, é muito baixo. Inclusive o Município de Porto Alegre, comparado a outras capitais, ainda continua com números abaixo do que a gente preconizava. Outra questão, lembrando que a recomendação da Organização Mundial da Saúde é preconizada por nós, é aleitamento materno exclusivo até o sexto mês, completando até os dois anos de idade. A Organização Mundial da Saúde já coloca a importância de amamentar até mais do que os dois anos de idade. Quanto mais amamentar, melhor o desenvolvimento, protege, evita doenças, dá maior resistência àquela criança e vai diminuir as idas as nossas portas de emergência.

Temos a Semana Municipal de Amamentação, Lei nº 7.451; a Semana Mundial de Amamentação; nós temos a Semana Estadual de Amamentação, onde nós estamos envolvidos em várias ações, um minicurso de noções básicas de manejo clínico em amamentação nas Unidades Básicas de Saúde. Além dessa esquete que a gente apresentou aqui, vão ser 80 apresentações em várias regiões do Município de Porto Alegre para o estímulo à amamentação. Outra questão é promover e apoiar a prática do aleitamento materno exclusivo. Então, dentro desse curso, nós temos trabalhado com os profissionais para estimular o aleitamento materno, habilitar os profissionais da saúde da Atenção Básica para o manejo clínico, como foi colocado aqui, a importância do profissional em orientar com relação à pega correta, para evitar rachaduras, problemas, dizer que não se coloca nada. Antigamente, acreditava-se que casca de mamão, alguma fruta, colocando no bico, esfregando com esponja... Não, gente, hoje é o seguinte, não existe melhor maneira de acostumar o bico do que a boca da criança e o próprio leite. Não precisa de mais nada. Absolutamente nada. Tudo aquilo que se vende no comércio para ajudar a evitar rachaduras é tudo uma indústria da cosmetologia desnecessária. A melhor maneira de evitar rachaduras é amamentando e deixando um pouquinho do leite no bico materno. Habilitar ainda os profissionais de saúde para transmitir confiança às mães, porque a maior dificuldade que as mães têm é quando saem; a importância do companheiro ou da companheira estar junto no momento em que ela retorna para casa; intervir, diretamente, naqueles vizinhos sabe-tudo: “porque eu tenho um filho, é uma criança parruda, forte, nós demos chazinho, nós demos isso...”. Não precisa nada, o leite materno é sábio. Os primeiros minutos do leite materno são de um leite aguçado, que

hidrata a criança; a outra metade do tempo da amamentação é de um leite mais gorduroso, que vai dar a energia suficiente para aquela criança. Por isso a importância, como estávamos conversando ali, o Ver. Cassio e eu, de esgotar muito a mama. Não dá para ficar amamentando cinco minutos de um lado, cinco minutos para o outro; não, é esgotar uma mama e botar na outra. Assim que esgotar bem uma, coloca na outra para que ela possa esgotar. “Ah, mas ela amamentou 20 minutos de um lado e 3 minutos do outro”. Não importa! Na próxima, você amamenta naquela que amamentou pouco e depois passa para a outra. Esse é o grande segredo da amamentação, porque o leite tem fases.

Outra coisa: proporcionar normas e rotinas no atendimento materno-infantil para amamentação nas unidades de saúde, o que nós temos estimulado, e nos serviços especializados. O público alvo desses cursos é formado por profissionais da Atenção Básica que atuam na assistência materno-infantil, como os agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, técnicos em enfermagem, profissionais da nutrição, dietética, médicos, enfermeiros, dentistas e todos os demais. Vejo aqui o nosso Ver. Mario Manfro, que sabe da importância da amamentação para o desenvolvimento facial – como eu falei no início –, então nós, dentistas, temos estimulado muito isso, porque não existe prevenção melhor para a maloclusão do que a amamentação.

Além disso, temos o Comitê de Aleitamento Materno, um comitê municipal de amamentação e de alimentação complementar saudável em Porto Alegre, que é de caráter permanente, é composto por um colegiado institucional que se reúne periodicamente para discutir ações voltadas ao estímulo à amamentação. O Comitê tem por finalidade a definição de ações de promoção, proteção, atividades da Semana de Amamentação, definição de protocolos e ações em nível de Atenção Básica, especializada e hospitalar. Outras ações importantes que desenvolvemos são em relação à mulher trabalhadora que amamenta: temos trabalhado com as empresas para estimular espaços em que seja permitido que a mulher faça a amamentação num ambiente mais tranquilo. O projeto de lei que está aqui nesta Casa diz que a mulher pode amamentar em qualquer lugar, e ela não deve se sentir constrangida. Nós devemos, na realidade, aplaudir as mulheres que amamentam em qualquer lugar, porque não tem ato de amor ou carinho mais importante que se dê para um filho. Vejam algumas imagens de espaços em algumas empresas que já se adequaram.

O Município de Porto Alegre está inserido na Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, através da Rede Cegonha, que estimula a questão da amamentação dentro do Sistema Único de Saúde – estamos aderidos a isso. A ação está focada na qualificação do processo de trabalho dos profissionais da Atenção Básica, da especializada e dos hospitais.

A rede do Município de Porto Alegre, como os Vereadores bem sabem, teve um crescimento importante, especialmente na Atenção Básica, hoje temos 141 unidades, 211 equipes de saúde da família e 7 centros de especialidades, com uma cobertura de Atenção Básica de 70,3%. Então, hoje, conseguimos cobrir pelo menos 70% dos locais, e locais com maior vulnerabilidade e mais crescimento vegetativo do Município de Porto Alegre, com essas ações. E a cobertura de saúde da família de

51,7%. Temos os nossos tutores formados para falar sobre a amamentação, são 49 profissionais – sendo 17 nutricionistas, 29 enfermeiros, 1 dentista e 2 pediatras –, são profissionais que qualificam o processo nas unidades de saúde, além de oficinas trabalho sobre amamentação, realizadas em 48 unidades; 30 % da atenção primária com oficinas, mais de mil servidores já envolvidos nesse processo do estímulo à amamentação. Lembrando, mais uma vez, nas andanças dos Vereadores, que são os nossos representantes, a importância de estimular a amamentação exclusiva e de todas as ações, estimular o homem a fazer parte, o companheiro ou a companheira a fazer parte desse processo de amamentação, porque não existe ato melhor. Também devemos estimular outros profissionais para que também o façam, aí falo dos profissionais médicos e enfermeiros.

Outra questão importante que esta Casa trará para a discussão, ao longo desse ano, é o papel das doulas. Por experiência própria, posso dizer para vocês que as doulas são fundamentais no auxílio à mulher no sentido de ajudar na amamentação, no pré-parto, durante o parto, mas especialmente no pós-parto. As pessoas entendem as doulas como aquela mulher que vai estar no local de nascimento da criança, mas essa é uma das etapas do trabalho das doulas, que é um trabalho de excelência. Esperamos que o Município de Porto Alegre siga o exemplo de outros municípios que já regulamentaram o trabalho das doulas, que vêm para complementar essa ação e trabalhar muito na promoção, prevenção e no estímulo à amamentação. Posso dizer para vocês, por experiência própria, que foi a doula que fez toda a diferença, recentemente, no nascimento da minha filha, deu orientação, e é muito fácil nós – família, mulher, companheiro ou companheira – desistirmos da amamentação, porque no início dói, é desagradável, mas traz um prazer imenso, só que tem que ultrapassar essa resistência que a gente tem, e isso é fundamental.

Queria, mais uma vez, agradecer pela oportunidade de estar aqui, e estamos à disposição para maiores esclarecimentos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Secretário Fernando, a quem convidamos para continuar na Mesa conosco.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Quero cumprimentar o Presidente, Ver. Cassio; o Sr. Secretário Municipal da Saúde do Município de Porto Alegre, Fernando Ritter; e o grupo teatral Luz & Cena – que maravilha! Na minha casa, Secretário, somos em nove irmãos, todos nascidos de parto normal e com amamentação – lembro que meu irmão mais velho disse que eu fui no peitinho da mãe até quase dois anos de idade. Eu quero cumprimentar vocês e dizer que temos que passar essa mensagem: o leite materno é muito importante. Quero cumprimentá-lo também pela sua exposição, mostrando a importância desse alimento que contém todos os nutrientes para o ser humano. Na Semana Mundial do Aleitamento Materno é necessário destacar a

importância das mães amamentarem seus filhos. O aleitamento materno é completo porque contém vitaminas, minerais, gorduras, açúcar, proteína, todos apropriados para o organismo do bebê. Isso é importante. O leite materno possui também muitas substâncias nutritivas e defesas para o bebê que não são encontradas no leite de vaca; o leite materno para o leite de vaca tem uma diferença muito grande. Ele é feito especialmente para o estômago da criança, por isso apresenta mais fácil digestão, mas o maior benefício da amamentação, Secretário, é o vínculo que cria entre a mãe e o bebê. No período de formação, o leite materno é uma forma natural que a mãe tem de passar o afeto, o amor à criança. Eu fui o sexto de uma família de nove irmãos, e presenciei o parto dos outros três irmãos – duas mulheres e um homem –, e, na sua fala, eu fiquei viajando naquela cidade pequena, dentro de um vale, na serra de Minas Gerais, lembrando da minha família, da minha saudosa mãe, do meu querido pai; foram nove filhos sem hospital, por parto normal, e ela amamentou a todos, ela foi uma guerreira, e esse alimento que ela nos deu foi o alimento mais rico que eu ganhei até hoje, na minha vida. Não foi o futebol, não foram os títulos, não foi ser Vereador, nada disso; a coisa mais linda que eu tive na minha vida foi esse leite materno, porque ele me sustenta, me fez estar aqui junto com vocês, hoje, podendo falar com muito orgulho e com muita emoção: parabéns a todas as mães por nos dar esse alimento que nos mantém na vida. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulinho Ruben Berta está com a palavra em Comunicações e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO RUBEN BERTA: Sr. Presidente desta Casa, Ver. Cassio Trogildo; Sr. Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre, Fernando Ritter; quero, em primeiro lugar, parabenizar a Secretaria de Saúde por essa bela atitude e por esse programa que a Secretaria tem no seu bojo, que é a preservação total da vida, principalmente das nossas criança, também preocupados com a saúde da mãe. Isso, para nós, é muito importante, e eu quero parabenizá-los.

Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoal da imprensa e funcionários desta Casa, eu gostaria muito de ocupar este tempo, hoje, porque estou assumindo interinamente por oito dias, e quero agradecer ao Ver. Reginaldo Pujol, mas preciso trazer um outro tema para esta Casa, até no sentido de que possamos trabalhar essa questão. Todos sabem, nesta Casa, que eu sou oriundo do Conjunto Residencial Rubem Berta, que fica dentro da região chamada Rubem Berta. Nós lá praticamente estamos sitiados, estamos perdendo vidas todas as semanas, e este final de semana que passou não foi diferente. Lá houve, no primeiro dia, oito mortos. No mesmo dia após a imprensa já ter divulgado, ter fechado a tiragem de jornal, foram mais três, foram onze. Se nós pegarmos os últimos 60 dias, nós temos 40 mortos numa região da Cidade, e não é só nessa região que está acontecendo isso, na Grande Cruzeiro, Morro de Santa Tereza, Restinga, em todos os lugares estamos entregues à mão de Deus. Agora existe

lá, e hoje está correndo pela Internet, um toque de recolher. Quem trabalha à noite, quem estuda à noite, quem produz à noite, quem tem que ir ao mercado à noite não pode sair, é um trabalhador sitiado, enclausurado dentro da sua própria casa, as crianças sendo puxadas para dentro dos pátios, e ainda bem que estão avisando. Está na Internet: após às 9h30min da noite, se recolham, porque quem nós encontrarmos pela frente vai morrer, não interessa quem seja.

Eu tinha, Ver. Tarciso, resolvido até parar com as atividades políticas, estou com 60 anos, criei sete filhos, tenho oito netos que estou ajudando a criar, moro no Conjunto Residencial Rubem Berta, pelo qual sou muito agradecido, e por esse bairro, dentro desta Casa e fora dela, durante quase 30 anos, lutei muito, e quando eu digo lutei, lutamos, porque esta Casa me ajudou, os Vereadores me ajudaram, o Governo me ajudou, nós lutamos. Eu vinha a esta tribuna e pedia a todos os meus colegas, sem olhar partido, sem olhar cor, que me ajudassem a tirar... São cinco mil apartamentos, 4.992 apartamentos, fora as construções irregulares. Era um bairro que não tinha uma linha de ônibus, era um bairro que não tinha um loteação, era um bairro que tinha um postinho acanhado de saúde, era um bairro desbotado, cinza, quem pegar uma foto vai ver. E nós começamos a trabalhar para mudar essa situação, levamos para lá o Projeto Mudando a Cara, levamos um programa digital em parceria com a DEL, levamos uma rádio comunitária, montamos uma associação. Isso não foi o Paulinho, foram as lideranças daquela região, foram todos os que trabalharam. Nós ficávamos quase até a madrugada no Centro Vida. As últimas conquistas no Rubem Berta foram no Governo Yeda ainda, quando nós conseguimos um programa chamado Plano de Prevenção à Violência – PPV. Isso nos dava, se nós nos habilitássemos, um ginásio de mil metros quadrados e nos dava uma unidade de saúde. Lutamos durante mais de dois anos, mobilizamos, chamamos as pessoas à razão, botamos gente na rua, botamos ônibus e conseguimos. Ver. Paulinho Motorista, nós lutamos muito, nós não tínhamos nada, nós lutamos por asfalto, por tudo. E dentro desse programa – Ver. Tarciso, o senhor que lida com crianças, lida com esportes, e peço a sua ajuda, que se some a esta luta –, nós ganhamos do PPV um ginásio de mil metros quadrados e uma unidade de saúde, que está funcionando lá. Esse ginásio está situado dentro de uma área de escola, Escola Estadual de Ensino Fundamental Júlio Brunelli. A escola não pôde cuidar, e os vândalos estão destruindo totalmente um patrimônio que não é deles, porque eles não praticam esportes, o esporte deles é roubar. Roubaram fio, roubaram tudo o que tinham direito, e isso dói! Para quem tem filho, para quem tem neto, para os adolescentes daquele bairro, isso dói. Foram mais de dois anos batalhando por isso! Eles não têm esse direito. Eu quero até parabenizar a Brigada Militar por todo o esforço que tem feito, a Polícia Civil pelo esforço que tem feito. Mas hoje eu quero dizer a vocês que o Conjunto Residencial Rubem Berta nunca mais ganhou um metro de asfalto. O posto de saúde, que custou mais de um milhão de reais, está sem um cercamento sequer. Os profissionais estão trabalhando na insegurança, se assustam, os usuários dessa unidade de saúde não podem ir de madrugada lá para pegar uma ficha, se for necessário, eles têm que esperar clarear o dia e torcer, porque não tem um palanque sequer, um metro de tela, não tem nada. O nosso conjunto habitacional Rubem Berta hoje está entregue a quem quiser.

Eu venho a esta Casa hoje numa tentativa de mobilizar o Presidente desta Casa, de mobilizar os Vereadores desta Casa, meus colegas, de mobilizar a Prefeitura Municipal, apelar ao nosso Vice-Prefeito Sebastião Melo que mande um engenheiro na Escola Júlio Brunelli para ajudar aquela diretora, que está sofrendo, que ainda está aguentando lá, a fazer um orçamento para que nós possamos correr e recuperar esse ginásio, Ver. Tarciso. São mil metros quadrados, com palco, com banheiro, com tudo! Precisamos recuperá-lo. Se o Município não tiver dinheiro, se o Estado não tiver dinheiro, vamos para a iniciativa privada, vamos para aqui, para ali, vamos fazer até churrasquinho na esquina para fazer isso acontecer. O que não dá mais para admitir é que se trabalhe de um lado, se conquiste de um lado, traga o progresso de um lado, e alguém vai lá e faz isso. Estão destruindo tudo. Dá dó, porque trabalhamos para isso, Vereadores trabalharam, o senhor caminhou comigo lá, precisamos recuperar a dignidade. Não querem uma criança dentro de um ginásio? Bom, podem ter certeza de que ela vai estar na esquina comercializando. Pode ter certeza de que ela vai estar na esquina com uma 380. Se todos nós não tivermos a capacidade de botar essas crianças para lá, nós vamos estar jogando a água dentro do rio, não vai aumentar nada; vai aumentar a criminalidade. Então eu vim a esta Casa com humildade, contando com a solidariedade desta Casa, contando com os Vereadores desta Casa, contando com o nosso Vice-Prefeito, para que nos dê as condições de poder fazer um orçamento, botar um engenheiro para fazer um laudo para que nós possamos buscar os recursos necessários para isso. Quero dizer aos senhores que é o único caminho que nós temos. Eu conversei com algumas pessoas, e elas me disseram que a segurança não é responsabilidade do Município. Se a responsabilidade não é do Município, eu não sei de quem é, porque qualquer Prefeito, qualquer Vereador, qualquer autoridade nesta Cidade tem a obrigação de assumir a parte que lhe cabe. Está bem, a segurança do Município vem através do esgoto, da iluminação, do calçamento, do transporte? Vem, mas tem horas que a Prefeitura acho que está tentando fazer isso, e eu quero me somar a essa luta, que a Prefeitura se junte com as pessoas, com as outras autoridades e façam prevalecer lá o direito das pessoas. Não dá para as pessoas ficarem trancadas dentro de casa! O que nós temos para fazer? Ficar encerrado dentro de casa, Vereador, dependendo do horário, não podendo ir à padaria comprar pão, não podendo ir à farmácia buscar um remédio para um filho, porque tem que sair se cuidando?

Eu peço encarecidamente, humildemente, que esta Casa providencie que a comissão responsável por essa área vá lá dar uma olhada, é trabalho dos Vereadores, meu e da comunidade. Vão lá olhar o que está acontecendo! Não é porque estamos na divisa com a Alvorada que nós tenhamos que nos entregar, que não estamos dentro do contexto. E eu sei, porque convivi aqui quatro anos com os Vereadores que estão aqui e com outros que chegaram depois, da responsabilidade que cada Vereador aqui tem e a preocupação que tem com a Cidade, com os bairros, com a vilas.

Quero dizer a vocês que eu já tinha decidido, vocês não tinham me visto quase, a abandonar a política, estou com 60 anos, ia para casa cuidar dos netos, mas, a partir deste momento, desta hora, eu sei que não sou ninguém, sei da minha capacidade, do meu tamanho, mas que vou para luta para ajudar a enfrentar de qualquer forma, da

forma que for, contanto que seja pacificamente, sem violência... Este baixinho aqui de um metro e sessenta, que conhece as vilas, que nasceu nas vilas, é amassador de barro, vai à luta emparceirado com quem quiser para que isso pare, que as crianças possam ter a liberdade de não ficar trancadas dentro de um apartamento ou dentro de uma casa, que elas possam utilizar o pátio de uma casa, utilizar uma praça, utilizar aquilo que elas têm direito.

Quero, mais uma vez, agradecer de todas as formas, e mais uma vez fazer este apelo, nos ajudem, aquela cidade precisa dos Vereadores, precisa do Prefeito, precisa do Governo. E eu quero mais uma vez parabenizar a Brigada Militar e a Polícia Civil pelo esforço que estão fazendo, mas, infelizmente, eles tiram, a Justiça devolve, e, lá na outra esquina, estão nascendo como grama. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra em Comunicações.

A SRA. JUSSARA CONY: Quero iniciar cumprimentando os meus colegas Vereadores e Vereadoras e, de uma forma especial, o Presidente desta Casa, Ver. Cassio Trogildo. Quero dedicar ao Fernando Ritter, profissional do quadro da saúde da Secretaria Municipal de Saúde, um Secretário absolutamente comprometido com a implementação do Sistema Único de Saúde e que, aqui, nesta Casa, várias vezes tem comparecido, inclusive na Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Amanhã, inclusive, teremos, à noite, uma audiência pública extremamente importante sob o ponto de vista da política de assistência farmacêutica. Então, Fernando Ritter, eu quero te cumprimentar por esse comparecimento e com essa temática, que demonstra, mais uma vez, esse compromisso, essa visão estratégica com o SUS e suas políticas estruturantes, como a política de saúde da mulher, como a política de saúde da criança, estendo esse cumprimento a toda equipe da Secretaria Municipal de Saúde, e também por trazer aqui a cultura, através do teatro, que é uma forma estratégica de conscientização, conscientização de homens, de mulheres, da sociedade. Acho que é um momento muito rico para a Câmara Municipal de Porto Alegre este que nós estamos vivendo.

Eu quero lembrar aqui – creio que o Secretário também deve lembrar e se referenciar – que, quando Diretora Superintendente do Grupo Hospitalar Conceição, nós reestruturamos o banco de leite materno do Hospital Fêmina, que se tornou uma referência para Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul, para o Brasil e para a América Latina, uma demanda estratégica das usuárias e uma demanda estratégica dos trabalhadores e trabalhadoras do Grupo Hospitalar Conceição.

Quero falar também da emoção que eu senti na apresentação teatral aqui mostrada. Ela me fez lembrar de algo que, para as mulheres, é muito caro, muito querido, muito amoroso, porque é um momento ímpar na vida de uma mulher. Lembrei os meus cinco partos naturais, as cinco amamentações que fiz, enquanto foi possível, e foram mais de quatro meses, porque, como funcionária da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, eu tinha licença-maternidade, mas também tinha mulheres na minha volta que levavam os meus filhos quando eu voltava a trabalhar para que eu pudesse continuar amamentando. E essa emoção me fez ir lá atrás, nas ancestralidades. Lembrei a minha avó, que foi a minha doula, Secretário, eu já disse isso em outros momentos nesta Casa. Eu tive, na minha avó paterna, uma doula. Aquela mulher me disse que o parto era algo natural, que era algo prazeroso, e é, porque botar outro ser no mundo é algo de extremo prazer. O momento da concepção também é um momento de prazer; e o momento de colocar no mundo aquilo que foi feito com amor e com prazer é muito especial para cada mulher. E foi aquela mulher que me deu todos os ensinamentos que vêm das ancestralidades. Aquela mulher que me dizia que, quando eu fosse amamentar, eu tinha que esgotar um seio primeiro, depois voltar para o outro. Aquela mulher, minha avó Estela Barros Cony – até botei o nome da minha segunda filha de Estela em homenagem a ela –, me dizia que não era para secar, que não era para passar nada, que era para deixar o leite, para que esse leite mesmo fosse o cicatrizante, porque o semelhante cura o semelhante – é o princípio da homeopatia. Aquela mulher me ensinou a pegada da mamada, que se fala tanto. Como é aquela pegada? Como é aquilo feito com amor? A criança sente isso. A criança que é amamentada se torna um adulto absolutamente diferenciado para a sociedade. E eu quero dizer que, às vezes, me dizem que minha família é enorme. Sim, porque eu tenho cinco filhos, estou às vésperas de 19 netos – logo chega a minha neta, do meu filho temporão – e já tenho 14 bisnetos. E essas ancestralidades, esses ensinamentos eu consegui passar para todas as minhas filhas e as minhas noras, estou passando agora para as minhas netas, para as mulheres dos meus netos.

Gostaria de utilizar o meu tempo de liderança, Sr. Presidente, porque é muito importante este momento que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Foi um momento de muita emoção, eu chorei, chorei o tempo inteiro, porque ali representava, sim, uma mãe e um pai, um homem e uma mulher, porque o homem é parte desse processo, e quanto mais – por isso a gente luta pelas doulas, por esse processo todo, para que o homem participe – o homem participar, o pai daquela criança, é de outra natureza. Eu acho que, hoje, nós estamos celebrando aqui algo que começou lá em 1948, pela Organização Mundial da Saúde, que tem ações que são voltadas à saúde da criança, devido à grande preocupação, à época, que ainda continua no mundo, da mortalidade infantil. Então, naquele momento, foi feito, pela Organização Mundial da Saúde e pela UNICEF, no mundo inteiro, por aqueles que defendem a amamentação – estavam presentes especialistas nas questões da saúde da mulher e do aleitamento materno –, um documento muito importante, que está em vigência, e hoje nós estamos tratando disso, que é a Declaração de Inocência, que trouxe quatro objetivos operacionais importantíssimos para qualquer gestor que entenda

o significado do aleitamento materno, que entenda o significado de uma mãe e de uma família com saúde, para um filho e uma filha com saúde.

Quero estabelecer um comitê nacional de coordenação de amamentação, implementar os dez passos para o sucesso da amamentação em todas as maternidades, implementar um código internacional de comercialização dos substitutos do leite materno e todas as resoluções relevantes da Assembleia Mundial da Saúde. Por que isso? Porque há a influência, sim, como o Secretário disse aqui, dos cosméticos, há a influência da Nestlé na Nação brasileira, que dizia que os nossos leites eram fracos. Eu vivenciei isso na minha geração! As mulheres da minha geração, que tiveram filhos, como eu, na década de 1960, vivenciaram os interesses, sim, de uma grande multinacional, com tudo aquilo que o teatro mostrou aqui. Dizia-se que amamentar era prejudicial à saúde da mulher, que o nosso leite era fraco. É uma agressão enorme àquilo que é natural, àquilo que é da vida das mulheres, àquilo que significa o mundo para qualquer mulher quando tem o seu filho, Ver. Mario Manfro, querido companheiro da área da saúde, na Comissão, e Ver.^a Lourdes, nossa Presidente da COSMAM.

Nós estamos celebrando hoje a amamentação para o desenvolvimento sustentável, que é o tema da campanha. Por quê? Porque a sustentabilidade de um desenvolvimento de uma nação, inclusive da soberania dessa nação, depende, sim, da saúde dos seus filhos e das suas filhas. Portanto, se nós queremos, e haveremos de construir, uma nação com soberania, com democracia, com desenvolvimento sustentável, a amamentação é fator estratégico para esse desenvolvimento, porque vai além de fazer bem ao bebê e à mãe; o aleitamento contribui para o desenvolvimento e para a redução das desigualdades sociais. O aleitamento materno inclusive preserva o meio ambiente, porque são caixas e caixas, latas e latas que não vão influir no comprometimento do meio ambiente. Então a amamentação, por exemplo, está relacionada com as metas que dizem respeito à boa saúde e ao bem-estar social, à redução das desigualdades sociais e outros objetivos referentes, como há pouco eu colocava aqui, sob o ponto de vista da preservação e da ecologia.

Eu quero finalizar lendo uma frase dita pela nossa Deputada Manuela D'Ávila, em função de uma foto dela no seu local de trabalho amamentando a sua filha Laura, que gerou, inclusive, ataques absolutamente odiosos de parcela da sociedade, mas também muito amor de uma parcela maior. Ela disse (Lê.): “O que chama atenção na foto em minha opinião? Mulheres em espaço de poder, crianças em espaços de poder, vida em espaços de poder. A política é masculina e machista, a política não tem espaço para as mulheres, a política não tem espaço para o que nos diferencia dos homens, a política não tem espaço para a ingenuidade e para a alegria das crianças, não tem espaço para a naturalidade com que conciliamos [e eu digo isso também de cadeira, como a Manuela disse] nosso trabalho e nossas lutas com nossos bebês. Levar Laura comigo tornou-se, sem que eu percebesse, uma forma de resistir à política que desumaniza”. Amamentar uma criança no seu local de trabalho humaniza o local de trabalho, porque é da naturalidade da mulher, é da naturalidade do ser humano, é da naturalidade da vida. Então, hoje, aqui, nós celebramos isto: a vida, a boa saúde, o momento de educar a comunidade, de educar todas as mulheres de todas as camadas

sociais – amamentem! Amamentação faz bem à saúde, faz bem à saúde da criança, faz bem à saúde da mulher, faz bem à saúde do homem, faz bem à saúde da sociedade, porque tudo que é natural, tudo que não é imposto faz bem à saúde e à vida, à saúde física, emocional, espiritual, porque as crianças não vêm e não chegam aqui com aquela mãe, com aquele pai, com aquele peito que amamenta por acaso, elas escolhem, segundo a minha concepção espiritualista. Então acho que é um momento muito emocionante, Secretário, nós estarmos aqui falando sobre coisas que dizem respeito à vida, que dizem respeito às mulheres. Inclusive, é o papel das mulheres que conseguem gerar seus filhos, que conseguem amamentar e fazem de tudo para que isso ocorra, para criar os seus filhos, muitas chefes de família, e contribuir para o desenvolvimento da sua nação, contribuir para a política no nível em que as futuras crianças que nós geramos tenham o direito de estar: no nível mais elevado para a garantia da vida, para a garantia da naturalidade, de oportunidades, como esta que tivemos aqui de falar sobre aleitamento materno. Ao mesmo tempo, dizer do significado da mulher nos espaços todos da vida, com a dignidade que nós trazemos, com a dimensão que damos à vida, porque nós a geramos. Não sozinhas, mas de uma forma muito particular, geramos dentro de nós.

Muito obrigada, Sr. Secretário, por essa participação hoje aqui.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Secretário Fernando Ritter, prezados senhores e senhoras, primeiro, saúdo o tema, acho que é muito importante ele fazer parte dos debates da Casa. Quero parabenizar a Secretaria, acho que, se esse teatro está chegando a todas as comunidades, ele é uma forma bastante comunicativa, significativa e penetrante para tratar de um tema tão fundamental. Parabenizando o grupo de teatro...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver.^a Sofia Cavedon, desculpe interromper, eu só quero pedir um pouco de atenção, porque não está dando para prestar atenção na sua manifestação. Solicito aos Vereadores e assessorias para conterem-se no volume. Obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente, não é nem por não escutarem a gente, mas é porque isso aqui é uma caixinha e estão repercutindo demais as conversas. Primeiro, quero fazer uma observação sobre o teatro nessa parte em que a mãe acaba acompanhando a menina e tira o homem da jogada, porque ele fica nervoso e atrapalhado. Acho que tínhamos que fazer uma alteração, porque esse é um dos temas muito importantes na questão da mulher e na questão da amamentação. É o tema do machismo, do constrangimento, o tema da não participação dos homens, porque, de

fato, o problema da amamentação não é só a dor no mamilo, também a amamentação no meio da noite é penosa para a mulher. Lembro muito isso, o acordar de três em três horas parece que você está massacrada. Recém dormiu e acordas... Se envolvermos o homem na conscientização, se nas reuniões do pré-natal envolverem os pais também, ou os responsáveis, e essa parceria acontecer em pegar o bebê, de permitir que a mamãe descanse, de permitir que, depois de a mãe amamentar, ele faça a criança arrotar e a acomodar novamente, no meio da noite também, são elementos que podem alterar a vida das mulheres e elas se encorajarem e persistirem na amamentação exclusiva até no mínimo seis meses. Parece que essa questão do envolvimento masculino é fundamental, desde o pré-natal há sensibilização. Aí o teatro tem que ser um pouco mais feminista, apostar mais na participação masculina.

Eu gostaria que nós não repetíssemos a polêmica da segunda-feira, porque não é disso que se trata, mas a questão do pré-natal, da amamentação tem muito a ver com a questão da Estratégia Saúde da Família. É muito importante para nós que os agentes comunitários da saúde estejam com as equipes completas e que estejam atuando nas famílias junto às mulheres, mas também o médico de família e toda a equipe de profissionais. Na semana passada, eu relatava que na segunda-feira eu estive no Morro da Cruz e de fato continua a queixa da dificuldade desse atendimento cotidiano de verificar uma pressão alta, e sobre a presença dos médicos. Nós estamos com um diagnóstico que é bastante assustador. Nós já teríamos perdido 16 profissionais do Mais Médicos, e daqui a um mês, em setembro, mais 19 se afastarão. E eu chamava a atenção que devemos continuar lutando para que o Mais Médico seja substituído por carreira, que se tenha formas de levar médicos para a periferia da Cidade, que eles se sintam estimulados e gratificados, porém temos uma política que supria em grande medida, mas que não tem mais. Segundo as técnicas, a própria Fernanda Pissetti, do Instituto Municipal Estratégia de Saúde da Família, informa que, depois que trocou o Governo Federal, não temos mais informações precisas sobre o Mais Médicos. Como Porto Alegre vai lidar, porque já está com esse déficit de 16 profissionais e perderá mais 19? E nós sabemos que isso é diretamente um prejuízo ao atendimento das mulheres e crianças na periferia, porque lá no posto de saúde é que está a facilidade e a garantia de um pré-natal, de um pós-natal, de uma amamentação acompanhada e garantida pelo atendimento das equipes. Então eu quero que o Secretário Municipal de Saúde nos diga como está pensando em resolver esse tema e de que maneira nós podemos confiar que o Programa Municipal Estratégia de Saúde da Família não irá reduzir a sua capacidade de atendimento e, sim, ampliá-la, como é demanda de Porto Alegre, hoje, praticamente em toda a Cidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente; meu colega da saúde, Secretário Fernando Ritter; eu vou aceitar a provocação positiva e construtiva que a Vereadora fez. Se não houvesse esses cem médicos na Estratégia de Saúde da Família do Mais Médicos, como deveria, ou poderia, ou deverá ser feito? Deveremos fazer como se fazia antes. Vou lembrar de novo: quando o Dr. Pedro Gus foi Secretário da Saúde, na primeira gestão do Fogaça, a Prefeitura Municipal chamou em concurso público, Ver.^a Sofia, mais de 250 médicos. Esses médicos permearam toda a periferia da Cidade. É verdade que, depois, na gestão seguinte, não se teve a sensibilidade de atuar em duas situações que nós temos debatido até hoje, que é a questão da proporcionalidade. Ou seja, o médico que trabalha 40 horas para o Município recebe menos do que o médico que trabalha 20 horas, proporcionalmente. É isso que tem que ser alterado. Outra coisa que tem que ser alterada no Programa Municipal Estratégia de Saúde da Família de Porto Alegre, no IMESF, é criar o cargo de 20 horas para médico. Só tem para 40 horas! E como a remuneração é baixa para 40 horas, os médicos não querem! E como vai se controlar o horário? Já tem dedo ponto! Alguns Vereadores dizem que os médicos batem o ponto e vão embora, mas eles têm que provar isso, porque isso, sim, é prevaricação, apontar um crime e não dizer quem fez! Mas veja, como nós temos dedo ponto, isso é calúnia, e isso não deve ocorrer! Então se cria o cargo de 20 horas e se torna mais atrativo, Ver.^a Sofia Cavedon. Eu tenho certeza de que se vai conseguir completar essas equipes. Principalmente, se fizer um trabalho de esclarecimento e de convite nas universidades.

Com relação ao aleitamento, que é o tópico principal no dia de hoje, quero dizer que é de fundamental importância na primeira infância, é de fundamental importância após o nascimento, principalmente porque o primeiro ano de vida é quando temos a maior vulnerabilidade das pessoas. Não é à toa que comemoramos tanto o aniversário de um ano das crianças, porque historicamente a mortalidade infantil é muito grande, ela é maior no primeiro ano. Se analisarmos todas as faixas etárias, vamos descobrir que a mortalidade infantil no primeiro ano é maior. E sabemos, sim, que o aleitamento materno previne a mortalidade infantil, é um fator protetor. O planejamento familiar também é outro fator protetor, que é dar a possibilidade de a mulher escolher de forma livre e consciente quantos filhos quer ter; é dar a possibilidade de as adolescentes não terem tantos filhos, e tão precoces, porque a maior causa de morte no primeiro ano de um nenê é a prematuridade. Então, nas adolescentes, a taxa de prematuridade é três vezes maior do que se aquela mesma mulher estiver grávida fora da adolescência. Então, se nós fizermos um grande incentivo ao aleitamento materno e se nós tivermos, de outro lado, um planejamento familiar fortalecido, nós, sem dúvida nenhuma, vamos ter uma diminuição expressiva da mortalidade infantil. Foi isso que aconteceu quando, também, o Dr. Pedro Gus incentivou o projeto de planejamento familiar, principalmente utilizando implante subcutâneo.

Para terminar, eu quero dizer que esse tema é muito caro. Deve-se, a cada dia mais, incentivar o aleitamento materno, mas não se pode perder de vista, Ver.^a Jussara, e excluir aquelas mulheres que, por alguma patologia, por algum problema, não

podem dar o peito. Essas mulheres não podem se sentir excluídas ou menos mãe do que aquela que consegue amamentar. Então é claro que se deve incentivar cada vez mais o aleitamento materno, mas sem nunca perder de vista isso, principalmente aquelas que, por motivo de doenças, que fizeram uma cirurgia mamária muito extensa, que tiveram câncer de mama, ou que, por ventura, tenham vírus do HIV, não puderam amamentar. Essas pacientes também devem ser integradas e deve ser dito a elas que o leite materno é uma das grandes formas de se dar carinho para um filho. Obrigado a todos os Vereadores, e parabéns pelo incentivo que estamos fazendo aqui ao aleitamento materno.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Boa a tarde a todos e a todas, meu caro Presidente, meu caro Secretário, Fernando Ritter. Eu queria colocar, Secretário Fernando, a minha palavra de apoio e solidariedade à sua gestão. Eu digo que a coisa que eu mais admiro em um secretário, especialmente em um secretário municipal, é saber escutar e ter a dignidade de responder independentemente do tipo de demanda, porque é assim que nós temos que agir.

O tema de hoje, Presidente, é um tema por demais importante, nós estamos falando da saúde na primeira infância, estamos falando do futuro das crianças. E é importante, Ver.^a Melchionna, que a gente consiga fazer esse debate, porque o aleitamento materno e a saúde da mãe são muito importantes, portanto nós temos que falar do antes do nascimento, ou seja, do cuidado não só do pré-natal, mas dos cuidados. Por isso que o Ver. Dr. Thiago deveria dizer quem é o culpado pela questão de não contratar 20 horas, qual a bancada que votou favoravelmente e quem não votou favoravelmente, mas o Vereador faz oposição a todos, faz oposição ao PT, faz oposição ao PCdoB, faz oposição ao PSOL, e faz oposição ao Governo. É o Vereador do passo certo; o Ver. Dr. Thiago sempre tem razão! Não tem médico ruim, como não tem político ruim. Não. Tem político bom e tem médico bom. Então, esse tipo de postura grenalizada do Ver. Dr. Thiago só serve para quem não escuta, para quem é cego e não quer discutir política. Nossa bancada votou favoravelmente às 20 horas para os médicos, desde que trabalhem 20 horas. Essa questão da flexibilização de horas, 20, 30, 40, nós nunca nos opusemos, pelo contrário, nós somos favoráveis a essas questões, porque isso dá condições de você, em 20 horas, ser um bom servidor público; nas outras 20 horas, poder ter um bom consultório, trabalhar numa boa clínica e ser um bom profissional, público e privado, porque o mundo do trabalho não se distingue mais entre só o público e só privado. Portanto, eu quero deixar aqui registrado que são essas as questões que eu queria colocar de forma breve, tranquila e serena, mas, por favor, vamos fazer o debate no nível que tem que ser feito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Presidente, Ver. Cassio Trogildo; nosso convidado, Secretário Municipal da Saúde do Município de Porto Alegre, Fernando Ritter; cumprimentando-o, cumprimento todos os funcionários da Saúde. Prezados colegas Vereadores e Vereadoras, todos nós sabemos e recebemos todos os dias inúmeros pedidos e inúmeras reclamações a respeito de vários temas necessários às comunidades. O número um, indiscutivelmente, é a segurança pública hoje. Logo depois vem o tema da saúde. Mas o tema da Saúde entrou nos últimos meses com mais força, porque, nos últimos dois anos, podemos dizer que houve um certo equilíbrio, principalmente, com o programa Mais Médicos, que passou a atender à população.

E aqui, Secretário, nós temos um debate forte nesta Casa. O Ver. Dr. Thiago é contra o programa Mais Médicos; nós somos a favor do programa. E isso não é problema debater. Temos que debater para poder mostrar que o programa Mais Médicos... E eu gostaria que o senhor confirmasse isso, porque, toda vez que eu falo isso aqui na tribuna, este Vereador é ridicularizado, dizendo que isso é balela, que a saúde da família tem uma aceitação e uma aprovação de 90 a 95% da população. E os principais fatores que levam a isso é que, primeiro, eles cumpram um horário total no posto de saúde e um atendimento num enquadramento que isso não acontece com a estrutura existente e com os diversos formatos que tem que leva ao problema. Segundo, que passam a ter uma postura que é uma postura humanitária também com as pessoas de ir a casa, de entender, de conversar, de ver a questão sociológica das pessoas da família e a sua doença e a sua relação.

Então, nós vamos propor, através da nossa Líder, Ver.^a Sofia Cavedon, e convidar a todos aqui, uma Moção em defesa do programa Mais Médicos, para que não acabe. E eu gostaria que o Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito, Sebastião Melo, que é do mesmo partido do Temer - que está lá com o golpe -, assumam o compromisso de não acabar e não retirar o Mais Médicos. Esse tema da defesa do Mais Médicos tem que ser uma defesa institucional da cidade de Porto Alegre. E o Sindicato dos Médicos que é contra, bom, vamos fazer um debate quanto a isso.

Uma outra questão que eu queria trazer aqui como debate, um tema que construímos juntos com o Governo, que é o Hospital da Restinga. Todos sabem da luta que fizemos, e no dia 18 de setembro de 2006, o Presidente Lula assinou o decreto dando a filantropia para o Moinhos de Vento, que pudesse investir os 127 milhões lá. E ele não conseguiu ainda ter a sua utilização na plenitude. Portanto, esse é um tema que está em aberto e nós não podemos deixar isso passar.

O outro tema que eu queria colocar aqui é que, quanto aos 19 médicos que sairão agora no mês de setembro no programa Mais Médicos, nós temos que cerrar fileiras para que isso não aconteça.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sobre o tema, de forma muito apropriada, do Hospital da Restinga, a

informação que tenho e gostaria que o Secretário pudesse nos responder, que essa capacidade ociosa é paga. Que a gente paga, que o Município paga a tabela cheia, e que nós não aproveitamos, especialmente, nas especialidades. Essa é a informação que chegou a mim. Pergunto se é real e como resolvemos.

O SR. ENGº COMASSETTO: Muito bem. O que eu afirmo aqui é que o potencial que ele tem ainda não está sendo ocupado na plenitude, e que por isso, ainda, na agenda da complementação da sua instalação. Como nós temos feito sempre e ajudado a Saúde, tem uma emenda parlamentar da bancada do Partido dos Trabalhadores que destina 200 ou 250 mil para a região da Chácara do Banco para investir no posto de saúde. Gostaríamos de saber se isso já aconteceu, como temos feito todos os anos, ajudando nessa concretização.

Por último, tem um dado que construímos e ajudamos a conquistar que é o tema da construção das Unidades Básicas de Saúde. E na Castelo, quando assumiu o Governo do José Fogaça, retirou o posto de saúde, onde era a parada do ônibus e foi doada para a Casa da Sopa para construir o PSF, a estrutura, e hoje aquela equipe está lá inclusive com os médicos do Mais Médicos com 95% de aceitação da população, apertadinhos lá, e está na agenda para construir. Então nós queremos saber se o senhor tem essa agenda tanto lá quanto o do Salso que é outro que também está nessa mesma situação, mas a linha da minha fala aqui é a defesa do Sistema Único de Saúde, a defesa do Mais Médicos e a não privatização da saúde. Muito Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sr. Secretário Fernando Ritter, as minhas colocações aqui são bem objetivas com relação à nossa audiência ontem da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, no Hospital São Pedro, juntamente com o CAPS do Município, a Associação dos Representantes do SUS, entre outros convidados, em que visitamos o Hospital numa agenda que nos foi solicitada, também estava presente o Sindicato Médico e depois de todas as explicações em relação ao Hospital tomamos conhecimento, Secretário Fernando, de que o senhor até esteve almoçando com o Diretor há alguns dias, das tecnologias utilizadas para a saúde mental, porque a gente sabe que a cada dia surgem novas drogas para combater a depressão ou demais síndromes, e nos interessou essa aproximação talvez com uma nova política para o Município, utilizando a parte ambulatorial que hoje já atende parte daquela região, e de todo um trabalho que é feito e que nos temos ainda em mente de que o Hospital São Pedro é um hospício, mas lá há pessoas que não podem ser remanejadas, pela idade, e que habitam o local e ainda têm todo um atendimento, mais as casas para onde são encaminhadas as pessoas. É uma área pouco fala a da saúde mental, mas que nós introduzimos esta pauta na Comissão

justamente para repensarmos, pois há uma grande dificuldade quando um familiar tem um paciente surtado, um paciente doente, de conseguir um atendimento, vamos dizer assim, mais ágil, porque precisa passar por várias instâncias e o Hospital São Pedro é de se reconsiderar a utilização daquele Hospital para atender o que não se é falado, que é a saúde mental.

Então, Sr. Secretário, eu trago esta pauta para lhe ouvir e repensar em novas ações, parcerias, ampliar, junto ao Hospital São Pedro. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver.^a Lourdes Sprenger. Está encerrado o período de Comunicação temático. Informamos às Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores que regimentalmente não temos espaço para manifestação do Secretário ao final e ele encaminhará por escrito os questionamentos fora do tema que foram aqui elencados. Agradecemos a presença do Secretário Fernando Ritter pela sua manifestação e também pelo momento que nos propiciou aqui com o esquete apresentado. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h53min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h54min): Estão reabertos os trabalhos.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Léo Antonio Bulling, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAM; Sr. Antônio Elisandro de Oliveira, Diretor-Geral do Departamento Municipal de Águas e Esgotos – DMAE e Sr. Marcelo Gil Faccin, Diretor de Tratamento e Meio Ambiente do DMAE; Sr. Henrique Luis Roessler, Sr. Vagner Hoffmann e Sra. Ana Rosa Bered, representantes da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Fepam, que abordarão o assunto Qualidade da Água do Município de Porto Alegre.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Em nome da oposição, quero que V. Exa. registre que no primeiro semestre a Bancada do PT já havia solicitado este comparecimento, como não houve quórum não ocorreu, e na segunda-feira solicitamos novamente, enquanto oposição, incluindo o Ministério Público e Fepam. Apenas para registro.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ministério Público foi convidado, a Dra. Annelise Monteiro Steigleder estava aqui conosco, só que como houve um atraso de horário, ela não pode permanecer. Mas foi convidada a partir da solicitação da Bancada do PT, da oposição na verdade, na segunda-feira.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, nós realizamos também antes do recesso uma reunião extraordinária na Comissão de Saúde e Meio Ambiente

devido a grande demanda chegada ao gabinete, mas infelizmente na ocasião não foi possível ter o DMAE e nem a Fepam e hoje vamos aproveitar a presença dos senhores para fazer os encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradeço todos os registros, logicamente que essa iniciativa agora é do conjunto dos 36 Vereadores desta Câmara Municipal.

O Sr. Antônio Elisandro de Oliveira está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO ELISANDRO DE OLIVEIRA: Boa tarde a todos, Vereadores, Vereadoras e demais presentes, cumprimentar o Presidente da Casa, Cassio Trogildo, nosso colega de governo, Secretário da SMAM, Léo Bulling, o Vagner Hoffmann que aqui representa a Fepam, está conosco aqui o nosso Diretor de Tratamento e Meio Ambiente, Marcelo Faccin, nós sempre recebemos as boas-vindas aqui, somos oriundos aqui da Casa, então nos sentimos bastante à vontade neste ambiente, apesar de estarmos no plenarinho, eu nunca tinha acompanhado a Sessão no plenarinho. Nós, na primeira convocação que recebemos, naquela primeira iniciativa estivemos presentes, mas não foi possível, em função do quórum, tratarmos do assunto, e, na sequência, quando teve atividades na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, infelizmente, por questão de comunicação, a gente acabou não agendando e apenas por isso não estivemos presentes, mas fazemos questão de aqui estar. Quero dizer que o DMAE, além de ter sido o órgão que percebeu inicialmente e de forma transparente, orientado pelo nosso quadro técnico, admitiu que havia alterações percebidas inicialmente pelos próprios técnicos do DMAE. Temos acompanhado esse processo com muita atenção, muita responsabilidade, nos pautando essencialmente pelo caminho e pela orientação que vem do nosso setor técnico, especialmente da Diretoria de Tratamento e Meio Ambiente, e somos o órgão mais diretamente interessado em resolvermos essa situação com a maior brevidade possível. Estamos trabalhando para isso e obviamente que temos feito todo o esforço e é oportuno, porque o debate do saneamento, muitas vezes, a população e os nossos órgãos, a própria política, da qual eu também faço parte, discutem menos do que outros temas ou até mesmo menos do que deveria. Felizmente, neste ano, temos tido muitos debates motivados pela Campanha da Fraternidade que aborda esse tema de forma muito inteligente sem desresponsabilizar os governos, mas também envolvendo a sociedade. O tema foi “Casa comum, a nossa responsabilidade”, a ONU tem falado muito no direito humano fundamental, já fez isso em 2010 a respeito da água; no final do ano passado fez a respeito do esgoto, de forma específica. Então, quanto às adversidades, como São Paulo viveu recentemente do ponto de vista da disponibilidade, nós, em Porto Alegre, sabemos que temos abundância no nosso manancial, que é o Guaíba, mas temos, não de hoje, uma preocupação constante com o monitoramento e o controle possível da qualidade do nosso manancial. Então, estamos aqui para falar dessas percepções a respeito de gosto e odor na nossa água tratada.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ANTÔNIO ELISANDRO DE OLIVEIRA: Temos aqui a nossa condição de manancial, nós captamos em seis sistemas de abastecimento, seis estações de tratamento em torno de seis metros cúbicos ou seis mil litros de água por segundo para abastecer a nossa Cidade. Isso é uma vazão muito pequena que a gente retira do Guaíba, menos de meio por cento, o Guaíba está nessa faixa de mil e duzentos até mil e quatrocentos metros cúbicos por segundo de vazão, isso mostra a abundância que temos de disponibilidade, mas, como disse, a questão qualitativa é uma preocupação permanente na medida em que temos, na formação do Guaíba, quatro principais afluentes, que são o Jacuí, que felizmente responde pela maior vazão, na casa de 70 a 80% do volume de água do Guaíba vem do Jacuí, e que por todo esse volume é o rio menos poluído, porque Caí, Sinos e Gravataí são os três dos dez rios mais poluídos do nosso País. Isso também, assim como outros componentes da Região Metropolitana, interferem nas condições de saneamento da nossa Capital.

Nós temos como obrigação legal, em primeiríssimo plano, seguir a Portaria nº 2.914, de 2011, do Ministério da Saúde, que estabelece os procedimentos, os parâmetros a serem monitorados e toda a questão de atenção e de vigilância em relação à qualidade da água para consumo humano, qualidade da água tratada e distribuída. Essa própria Portaria estabelece que, eventualmente, pode existir alterações nesse padrão organoléptico que estamos falando, especialmente odor e sabor, sem haver necessariamente alteração no padrão de potabilidade. Nós temos 103 parâmetros que são analisados com a frequência estabelecida por essa Portaria, desde análises rotineiras de hora em hora que fizemos na estação de tratamento, até análises semanais do ponto de vista microbiológico e análises complementares. A maior parte dessas análises, referentes a esses três aparelhos, são feitas no próprio DEMAÉ, no nosso laboratório e até mesmo nas estações de tratamento. Uma pequena parte dessas análises, que somos obrigados a fazer rotineiramente, nós contratamos um laboratório. Inclusive já fizemos um conjunto de análises complementares, divulgadas no dia 18 e vamos falar na sequência.

Um pouco do histórico dos últimos anos. Pelo menos quatro dos nossos sistemas de abastecimento – Menino Deus, Belém Novo, Tristeza e Ilha da Pintada –, de 2004 a 2012, praticamente em quase todos os anos houve algum episódio de floração de alga, no período do verão. A maior concentração é de janeiro a abril, se estendendo a maio, mas são fenômenos já conhecidos do departamento. O Guaíba tem uma carga orgânica permanente, e, em períodos de estiagem, aumenta a transparência e essas algas precisam de luminosidade para fazer fotossíntese, e elas se desenvolvem sempre no sentido do Sul para o Norte e por isso que quase nunca tinham atingido, nesses históricos, os nossos sistemas de abastecimento mais ao Norte e ao Centro da Cidade.

Além dos 103 parâmetros exigidos pela Portaria do Ministério da Saúde, existem outros 47 parâmetros de uma portaria da Secretaria Estadual de Saúde, focados em dois agroquímicos, que também são analisados. Nós produzimos, e foi por meio de um painel sensorial, onde temos um conjunto de cinco técnicos, coordenados por um

sexto técnico que, com base no método consagrado internacionalmente que é o Standard Methods, são treinados para a partir da percepção de gosto e sabor, classificar em várias áreas do disco. Então, nós percebemos e monitoramos essas alterações a partir também dos painéis sensoriais. Nós fizemos mais de 100 mil análises, atendendo a essa portaria, nesse período apenas. O DEMAÉ publica também um conjunto de análises rotineiramente para que a sociedade acompanhe as análises laboratoriais que são realizadas.

Essas são as imagens do nosso *site*, nós fizemos em torno de, aproximadamente, um milhão de análises anualmente e, a cada mês, divulgamos um resumo do conjunto dessas análises. Anualmente nós temos um relatório que é publicado e impresso que é enviado junto com a conta de água para todos os usuários, atendendo ao decreto nacional de 2005, Decreto nº 5.440. Damos um panorama desse conjunto de análises realizadas anualmente.

São seis sistemas de abastecimento que existem na Cidade, onde captamos para atender, todos eles, a quantia em torno de 6 metros cúbicos por segundo. Nós temos a manifestação desse processo mais concentrado no sistema Centro e Norte, que é atendido pela Estação São João e Moinhos de Vento, pela ordem. Nos demais sistemas, houve alguma presença que a gente registrou, a partir da manifestação dos usuários, no sistema Menino Deus; praticamente nada no sistema Tristeza, muito pouco no Belém Novo, e nenhuma manifestação no sistema que atende às ilhas, a partir de uma estação de tratamento que nós temos na Ilha da Pintada. A ilha é abastecida, capta água no rio Jacuí, então, não houve nenhuma manifestação ali.

Essas são as rotas, os pontos que nós temos de monitoramento da qualidade da água, onde captamos amostra regularmente para análise laboratorial. Em 291 pontos da nossa rede de distribuição – o DEMAÉ tem quatro mil quilômetros de rede de distribuição na Cidade. As cores das placas indicativas mostram os roteiros que são feitos semanalmente para que a gente possa, num período semanal, chegar a todos esses pontos, que são divididos nesse conjunto de roteiros que aí estão visualizados.

Isso mostra um pouco do histórico das nossas manifestações via 156. O DEMAÉ percebeu, então, no dia 17 de maio, a partir do painel sensorial, que havia alterações no chamado padrão organoléptico, gosto e odor. E nós tivemos um conjunto de reclamações que teve o seu pico, que chegou perto de 106, em 31 de maio; depois ele reduziu. Nós temos aqui um período de monitoramento de 1º de maio a 05 de julho, de um total de aproximadamente 30 mil manifestações no 156, para o DEMAÉ, nesse período nós tivemos um total de 709 protocolos no 156, que é o DEMAÉ. Isso dá menos de 2%, quer dizer que não é um número significativo. Nós tivemos um segundo pico ali, na verdade, foi após uma manifestação nossa no Jornal do Almoço, onde sugerimos que as pessoas usassem o 156 como forma de estatística para que o DEMAÉ tivesse o controle de onde estão as principais ocorrências. Mas, de um modo geral, a partir do final de maio, reduziu, houve essa tendência de ter uma manifestação muito pequena e não se alterou, ela continua, mais ou menos, nesse padrão.

Como os nossos protocolos no 156, hoje, já estão referenciados inclusive pelo sistema que o DEMAÉ ampliou para todo o Município, nós temos, na semana de

15 de maio a 21 de maio, quando começaram as manifestações. Depois, visivelmente, nós temos uma concentração, como eu disse, na Região Norte e Centro da Cidade. Essa tendência se manteve, chegando um pouco mais, em alguns pontos do sistema abastecido pela estação de tratamento do Menino Deus. Depois começa a ficar mais rarefeita, e essa tendência, como eu disse, se mantém.

Sobre as ações de monitoramento, o DEMAÉ, desde 1998, aliás, desde sempre, desde a sua origem em 1961, monitora o Guaíba, além dos pontos de monitoramento na rede. Não tem nenhum órgão que tenha o maior acúmulo de informações a respeito da qualidade da água do Guaíba como o DEMAÉ. O DEMAÉ tem um sistema de gestão muito consolidado que, inclusive, a gente percebe é que a partir da orientação dos técnicos, do seu sistema de gestão e de seu planejamento estratégico. As próprias alterações de Governo são menos percebidas no DEMAÉ do que nos demais órgãos da Prefeitura. E é nesse sentido, com essa confiança em todo o histórico do DEMAÉ, onde mais de 60% da população reafirmam nas nossas pesquisas de satisfação do cliente que bebe exclusivamente água da torneira; quando a nossa nota média está acima de 8, na avaliação dos usuários, que nós temos toda a segurança para dizer que a nossa água continua potável e que estamos fazendo todos os esforços para identificar a origem dessas alterações.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. MARCELO FACCIN: Boa tarde a todos, eu sou engenheiro químico, trabalho no DEMAÉ desde 1993. Desde 2012 eu estou focado no tratamento de água e esgotos, mas tive toda a minha carreira dentro da área de tratamento de água e esgotos e agora respondo pela Diretoria de Tratamento e Meio Ambiente. Então, rapidamente, esse é o monitoramento do lago Guaíba, feito pelo DEMAÉ. Cada um daqueles pontos em amarelo mostra os locais onde efetuamos coletas para aferição da qualidade da água no lago. Observem que, na medida em que foi detectada uma alteração de gosto e odor na água tratada, imediatamente nós avaliamos todos os processos de tratamento de água feitos pelo DEMAÉ, em todos os produtos químicos utilizados pelo DEMAÉ, não houve nenhuma alteração de fornecedor de produto químico, alteração de processos, não adicionamos ou subtraímos insumos. Isso é importante para que vocês entendam que, a partir dessa análise, nós nos direcionamos para investigação da alteração de qualidade do lago. E, a partir desse monitoramento, então, nós fechamos na região da Zona Norte do Município, onde nós demonstramos ali a casa de bombas número cinco do DEP, a casa de bombas da Trensurb, a casa de bombas quatro do DEP, e, dois quilômetros a baixo, nós temos o ponto de captação das estações Moinhos de Vento e São João. Essa é a área, em detalhamento, das bacias de contribuição da parte que vai para a drenagem urbana: casa de bombas cinco acima, casa de bombas quatro abaixo e, em negrito, o detalhe da casa de bombas da Trensurb, que tem por função a drenagem da linha férrea, mas que foi adicionada de uma alça daquele complexo viário da ponte e uma pequena área junto à Voluntários da Pátria. Essas são as nossas alterações de processo, para minimizar a presença de gosto e odor.

Historicamente, a cada fluoração – é importante que isso seja compartilhado nesta Casa –, o DMAE se prepara, se estrutura para situações em que as características do lago demandem um maior rigor no processo de tratamento. Neste momento, então, estamos adicionando carvão ativado, que é um produto químico capaz de absorver compostos presentes. Além disso, passamos a dosagem de dióxido de cloro, que é um pré-oxidante, que não gera subprodutos, de uma dosagem de intermitente, porque o objetivo era o controle do mexilhão dourado, para uma dosagem em tempo contínuo, para aumentar a proteção da captação.

As ações táticas realizadas, além de intensificar, como o Diretor-Geral comentou... Nesse período, nós já ultrapassamos a barreira de 200 mil análises de qualidade da água de Porto Alegre, das captações até o ponto de utilização pelos nossos clientes.

Nós também criamos um grupo de trabalho em conjunto com outros entes do Município e do Estado – a SMAM, o DEP, a Fepam, a Secretaria Municipal de Saúde; depois, também foi acrescida a Secretaria Estadual, a participação da Trensurb; agora, o Ministério Público também está acompanhado as nossas reuniões. Estamos trabalhando bastante. Parece que, neste momento, todo mundo entende de tratamento de água no Município, menos o DMAE. Nós gostaríamos de aproveitar a oportunidade para destacar que o conjunto de técnicos do Município permanece atuante, preocupado com o saneamento e em busca de alternativas para minimizar esses efeitos na água, que, frisamos, permanece segura do ponto de vista do atendimento a todos os requisitos do Ministério da Saúde.

Temos ali um conjunto de ações que estão em andamento, ou já foram implementadas, no sentido do diagnóstico da origem da alteração do lago Guaíba. É importante aproveitar estes dois minutos que restam para informar aos senhores, primeiro, sobre o esgoto doméstico. Nós nunca tivemos uma situação tão confortável, na medida em que é possível dizer isso. Depois dos investimentos do Município no sistema integrado socioambiental, na ETE Sarandi, na Zona Norte, nós conseguimos multiplicar por cinco o volume de esgoto doméstico tratado no Município, isso não é pouca coisa. Então, se fosse esgoto doméstico, já teria sido resolvido.

Outra coisa: actinomicetos. Actinomicetos são bactérias da natureza, estão presentes. Nós não monitorávamos as casas de bombas, agora estamos monitorando. Então, não posso afirmar aos senhores se essa contagem de 35 milhões de unidades formadoras de colônia por mililitro é uma contagem alta, ou não é alta. O que eu posso dizer para vocês é que o Yakult, que é uma coisa que talvez vocês utilizem, tem 10^{11} lactobacilos vivos dentro de um potinho. É dez elevado à potência onze.

Estamos concluindo. Essa é a área de concentração dos esforços do grupo de trabalho. Envolve aquela região da Rua Voluntários da Pátria, próximo ao complexo da ponte de Guaíba. Quem teve a oportunidade de circular naquele espaço sabe que nós lidamos também com a percepção olfativa, está presente no ar.

Das análises que encaminhamos, e foram fruto de muita expectativa da sociedade os resultados, infelizmente, nesse conjunto de 132 parâmetros, com ênfase em compostos orgânicos voláteis e semivoláteis, nós não obtivemos conclusivo.

Estamos agora concluindo a contratação de um novo laboratório. Também questionaram por que nós, gaúchos, não conseguimos executar essas análises. Para que vocês tenham uma ideia, o laboratório que o DMAE está contratando agora é o único laboratório do Brasil acreditado para esse conjunto de parâmetros. Nós vamos chegar a quase 500 parâmetros nesse processo investigativo, tentando aumentar a resolutividade dos parâmetros e com esse escopo ampliado para mais pontos de coleta.

Concluindo, aqui estão as nossas ações estratégicas. Nós estamos também, dentro do planejamento estratégico do DMAE, falando em plano de segurança da água. Afinal de contas, a água é para consumo humano, não pode ter nada mais importante para nós do que preservar essa fonte, na medida em que, se a comunidade objetar essa água, ela poderá fazer uso de uma fonte sem gosto, sem cheiro, mas altamente contaminada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Primeiro, eu quero afirmar a minha credibilidade nos nossos técnicos do DMAE, no trabalho técnico histórico do DMAE, nós sempre nos orgulhamos de ter a melhor água do Brasil. Todo esse conjunto apresentado aqui pelo Faccin, ele é louvável, e eu vou me centrar no que ele disse: que houve adaptação para enfrentar as modificações que se apresentaram na água no último período. Eu quero questionar mais fortemente, porque, como o DMAE já está dizendo que tem, como plano estratégico, como ação estratégica, está ali na lâmina, a mudança do local de captação de água, isso significa que o DMAE chegou à conclusão de que continuar captando ali poderá produzir, na melhor das hipóteses, pelo que eu entendi, uma migração da população para beber água comprada, porque passará a não acreditar na água do DMAE em função da alteração do cheiro e da cor, apesar da afirmação do DMAE de que essa água não é prejudicial à saúde. Vejam, em função da melhor das hipóteses! Mas essa mudança do local de captação significa, para uma leiga, para toda a população, que nós estamos com pontos em Porto Alegre onde a água é mais contaminada, onde se jogam dejetos, se jogam resíduos, o que prejudica e transforma aquela água, e aquele ponto não é mais um ponto bom. Nós estamos desistindo de uma parte da água que era fornecida e que estava disponível para a nossa Cidade. Nós já desistimos – fica essa questão para o DMAE analisar conosco – lá da Lomba do Sabão. Também fazíamos captação lá e paramos de fazê-la, desistimos pela contaminação, pela informação que eu tenho.

Tem se falado muito, em especial, a Fepam, deste ponto embaixo da ponte do Guaíba, desta empresa especificamente, que é uma empresa, segundo todas as informações que circulam por aí, que trata de resíduos de 1.500 clientes, a única empresa que faz esse tratamento em Porto Alegre, ou que está licenciada em Porto Alegre. Vejam, senhores, que ela trata, a Cettraliq, de efluentes líquidos industriais de

metalúrgicas, curtumes, universidades, fábricas de tintas, revendedores de combustíveis, indústria química, farmacêutica e calçadista. O resultado do trabalho dela é despejado na rede fluvial com autorização da Fepam. É ali nesse ponto que se sente o cheiro, que a água tem mudança de cor, e é próximo à captação que o DMAE faz. Essa empresa, pelo histórico divulgado, já foi notificada duas vezes no último período. Em 2010, ela levou multa pela “ultrapassagem dos padrões de emissão estabelecidos para o lançamento de efluentes líquidos no corpo receptor”. Em 2013, novamente, é uma empresa que foi multada pela “contaminação da rede pluvial à jusante – no sentido de correnteza – do ponto de lançamento dos efluentes industriais tratados da empresa por cromo, cobre, manganês e zinco, sendo tais contaminantes característicos do processo desenvolvido pelo empreendimento e lançamento de efluente industrial fora dos padrões estabelecidos na licença de operação”. Então, é uma empresa que foi autuada, multada em 2010, 2013 e segue naquele ponto tendo alteração de cor e de cheiro. Então, centro neste tema: nas causas daquela poluição. Se essas causas estão identificadas, por que não há atitude? Por que a empresa não cessou de trabalhar? Por que nós não licenciamos outra empresa? Qual o diagnóstico que temos? Óbvio que se depende da Fepam, pelo que eu sei, mas o DMAE com a qualidade técnica que tem, pode dar opinião sobre este tema, neste tema, e dizer que, na minha opinião – opinião de leiga que está acompanhando. E na sexta-feira fui num show e os artistas disseram que a água estava ruim para tomar banho, para isso e para aquilo, chamando a atenção dos Vereadores presentes. Vejam bem, estamos sendo instados em todos os espaços, por mais que tenham diminuído as reclamações pelo número 156, a população continua se queixando e as perspectivas não são claras, ainda não está dita para a população qual é a responsabilidade, onde está a responsabilidade e se já temos condições técnicas de atingi-la. A mudança no lugar, é desistir de uma parte da água da Cidade e, para nós, desistir significa que vamos ter que desistir significa que vamos ter que desistir de outros se nós não cessarmos a poluição do Guaíba.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esclareço que tanto a Fepam quanto a SMAM preferiram não se manifestar num primeiro momento, mas estarão à disposição, ao final, para os questionamentos que as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores levantarem.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Começo por onde a Ver.^a Sofia terminou, sobre a reclamação enorme da população de Porto Alegre diante da continuidade do odor e do mau gosto da água. Isso tem sido corriqueiro em vários bairros da Cidade, mas, em verdade, mais localizado na região central, que envolve vários bairros. Não é o bairro Centro, são vários bairros da região central, e estamos falando de, no mínimo, 16 ou 17 bairros da região central, e também da zona Norte. Estamos, de fato, impressionados que embora

tenhamos passados dois meses dessa ocorrência, que começou em maio, e apesar de terem diminuídas as reclamações no 156, a cidadania segue reclamando nas redes sociais; reclamando para nós, Vereadoras e Vereadores da Cidade; reclamando nos meios de comunicação, nós não temos um laudo, uma conclusão definitiva. Também acompanhamos o resultado da empresa contratada de São Paulo que foi publicado, acompanhamos parte da apresentação feita pelo Diretor-Geral do DMAE e pelo Diretor do Departamento de Tratamento do DMAE, mas temos várias perguntas que não estão respondidas. A primeira delas, com essa questão da Cettraliq. Os moradores do bairro Navegantes falam que o cheiro que exala dessa empresa que faz o tratamento de efluentes para mil e quinhentas outras empresas é o mesmo cheiro que se encontra na água. Nós sabemos que essa empresa funcionava sem EVU, e tem as reclamações cobradas da Fepam, os questionamentos, mas também é preciso questionar os órgãos da Prefeitura Municipal. O EVU, que também é responsável pelo impacto ambiental e pelos possíveis danos ao meio ambiente; com o habite-se de 1938, como se ainda fosse uma indústria têxtil, quando, na verdade, é uma empresa que faz esse tratamento. A segunda, a questão das 300 outras empresas levantadas pelo Ministério Público, que também funcionariam de maneira duvidosa e que podem ter alguma relação. Nós não conhecemos o nome de cada uma dessas 300 empresas, mas que foram veiculadas nos meios de comunicação. Nós gostaríamos de questionar os órgãos presentes sobre a investigação, sobretudo da Cettraliq que já foi apontada há mais de um mês, e dessas outras possíveis 300 empresas que poderiam estar fazendo essa contaminação. Nós também achamos que é fundamental a presença do Ministério Público diante desse inquérito civil que foi aberto, há mais de um mês, e que certamente, em função dos requerimentos feitos na Comissão Representativa, não haveria tempo hábil, por óbvio, de a Câmara chamar a representação do Ministério Público, mas é um agente importante nesta Mesa para que se faça os questionamentos necessários; há incógnitas com relação às possibilidades de contaminação da água de Porto Alegre, sem saber se são provenientes do esgoto sanitário, de resíduos industriais, de causas naturais ou se provocados por fator ambiental externo; os questionamentos relativos ao alcance dos danos ambientais, à saúde das pessoas, porque também há dúvidas com relação ao aumento de coceiras e outros problemas de pele, e que há, sim, um questionamento público com relação à discussão da qualidade da água em Porto Alegre, sem haver nem mesmo o quadro real das possibilidades de reversibilidade da qualidade da água da nossa Cidade; como falei antes, a ausência de EVU, do habite-se, do alvará de funcionamento da empresa Cettraliq, que opera desde 204 na cidade de Porto Alegre, embora não tenha autorização para funcionar com o alvará das atividades que, de fato, exerce, pois, como eu disse, funciona como se fosse uma indústria têxtil; o interesse público envolvido na presente situação e a necessidade de esclarecimento, porque coloca sob suspeita todos os entes representados, na medida em que pode haver diversos outros casos semelhantes e, no caso concreto, não temos uma solução ainda prevista. Então, gostaria de fazer estes questionamentos.

Em relação aos novos laudos contratados, como o Maurício falou, qual é a previsão do DMAE, porque muito embora nós tenhamos essa reclamação e essa

situação muito grave há pelo menos dois meses, nós não vemos, em nenhum momento, uma previsão concreta de solução, apenas estão afirmando que a água está potável, e todos sabem as três qualidades que a água tem que ter para ser potável, e no mínimo duas - cheiro e gosto - não estão sendo garantidas em vários bairros. Infelizmente, a água está com cheiro ruim e o gosto está péssimo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver.^a Fernanda. Mais uma vez esclarecendo que convidamos o Ministério Público, e a Dra. Anelise Monteiro Steigleder esteve aqui no horário do convite, às 15h, só que atrasamos o período de Comunicações e começamos às 16h, e ela não pôde permanecer. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em primeiro lugar, dizer que todos nós sabemos - vou chover no molhado aqui -, que água é vida, que água é uma condição essencial para a vida e deveria ser um serviço público acessível a todo e qualquer cidadão. Mas, por óbvio, aquilo que todos já disseram: a água de Porto Alegre infelizmente está com cheiro ruim e com gosto ruim. Não é a primeira vez. Nós já tivemos episódios em anos anteriores, especialmente em determinados momentos de calor, quando houve uma proliferação de algas no Guaíba, e nós tínhamos aqueles cheiro e gosto na água, que são diferentes do que se estabeleceu agora nesse momento. Perdoem-me a pretensão de dizer isso, mas, quando sair a canalização da água do rio Jacuí, eu quero a paternidade disso, meu caro Presidente Elisandro, porque eu, há oito anos, venho falando e pedindo a captação da água do rio Jacuí. Inclusive, há seis anos, escrevemos, eu e o meu dileto amigo Ver. Adeli Sell, um artigo no jornal Correio do Povo que falava sobre a água de Porto Alegre, e nós pedíamos conjuntamente a captação da água do rio Jacuí. É óbvio que isso é caro, quero até dizer para vocês, que talvez não saibam, que o BNDES havia liberado recursos para isso. E no DMAE tivemos uma discussão, no bom sentido, eu e o nosso Diretor-Presidente, porque outro dia fiz uma cobrança também - às vezes, as pessoas não reagem muito bem às nossas cobranças, mas é para o bem, e, quando as coisas são para o bem, eu não vejo mal, porque isso é um serviço público essencial - e eu disse a ele: "Poxa, o DMAE tem R\$ 260 milhões em caixa, e às vezes a Prefeitura vai lá e tira o dinheiro do DMAE. O DMAE não é banco! O DMAE tem que fazer essa obra!" E o ex-Diretor Presser optou, com o seu conselho, por não fazer essa captação, que já tinha recursos do BNDES. A água do Jacuí pode não ser a melhor, até por força de toda poluição que temos, pelo histórico que temos no Brasil - as cidades transformaram os seus rios e os seus mananciais hídricos em cloacas, infelizmente -, mas é uma água muito melhor do que a que nós temos. Agora, quero dizer que me causa espécie, me causa até indignação a desinformação dos meus colegas Vereadores e o preconceito que se expressou aqui nas manifestações que me antecederam. Na medida em que não sabemos o que é, é mais fácil culpar o privado. No nosso País, no tempo da escravidão,

lá no Império, havia aqueles negros que carregavam os cubos, porque não tinha saneamento básico, e eles eram chamados de tigres, porque a cal que vinha dentro da água dos esgotos que eles tinham que recolher manchava a pele, e eles saíam das casas e jogavam no mar. Então, o problema do saneamento básico é histórico no nosso País; é mais fácil jogar o nosso esgoto no rio a tratá-lo. Mas nós, nesses últimos 10 anos, avançamos muito nisso. Nós fizemos, aqui no DMAE, o programa Socioambiental, que é o maior programa de investimento deste País. Nós vamos elevar para 80% o nível do esgoto tratado. Agora, ainda hoje nós captamos água nos dois piores lugares, em termos de classificação de água, que pode existir, que é nível 4. Captamos ali no cais do porto e aqui na Praia de Belas.

Agora, meus colegas Vereadores, nem todos são obrigados a saber, mas se a gente vier aqui na tribuna, a gente tem que saber o que fala! Então, não é por que a Ver.^a Sofia disse: “Optar por não captar mais ali”. Não! Não é por isso. É porque se pode captar em lugares com melhor qualidade, porque infelizmente a água que vem de Gravataí, a água que passa por Cachoeirinha, a água que vem do rio dos Sinos, ela vem pesada desses contaminantes todos. Então, nós temos que buscar água num melhor lugar, enquanto, por outro lado, tratamos melhor a água de Porto Alegre. E é isso que tem que ser feito para o futuro, para os próximos dois, três anos. Agora, temos que identificar o que está acontecendo. E nesse negócio de identificar o que está acontecendo, é muito mais fácil jogar nas costas de um privado. A solução que estão apresentando aqui é muito pior, porque, se com essa empresa é ruim, a opção, sem essa empresa, é jogar essas coisas de metal pesado tudo dentro do rio, sem nenhum tipo de tratamento – se não for no Guaíba, em qualquer outro lugar. É isto o que vocês estão fazendo, essa coisa leviana de chegar aqui e acusar a empresa. Eu tive o cuidado, quando começaram essas denúncias, de ir lá na Cettraliq, visitei a empresa, até porque eu fui Secretário da Indústria e Comércio e Secretário de Urbanismo.

Essa história do EVU: essa empresa tem alvará desde 2003, só estava no nome da Cettrel; a empresa é sabida, o alvará ela tem. Ela arrendou as instalações da antiga Rio-Guaíba, e já tinha uma estação de tratamento colocada lá. Talvez o que ela precise fazer é uma readequação de uso, mas o prédio tinha habite-se, a empresa não é clandestina e se presta, todos os dias, todos os meses, a exames da Fepam, da qualidade da água. Que tenha sofrido uma multa num dia ou noutro, mostra exatamente que está sendo fiscalizada! Agora, é muito simples, não sabendo – estão aqui os nossos técnicos, que são da maior qualidade, ninguém está discutindo isso – de onde vem, vai lá e culpa a empresa. Mas a estação de tratamento de esgotos que fica ali pertinho da empresa? Será que ela não contribuiu com nada? Será que esse cheiro é de natureza orgânica, de bactérias, ou é de produtos químicos? Ela não faz o tratamento todos os meses?!

Então eu acho que nós precisamos descobrir sim; precisamos melhorar e ter uma resposta para essa questão da água, por óbvio; se a gente aprende no colégio que a água tem por características essenciais ser insípida, inodora e incolor, e se a água que nos oferecem em Porto Alegre tem cheiro e cor, ela tem alguma coisa! E eu não quero ser alarmista, mas, enfim, é óbvio que a água não está na qualidade que todos nós

desejaríamos. Isso também não é culpa dos técnicos do DMAE, que fazem o seu melhor trabalho.

Agora, para tudo isso temos que sinalizar dois caminhos. Um, obviamente, é encontrar soluções, e a solução que está sendo encaminhada é esta, e o Ver. Adeli Sell é testemunha disso: estamos pedindo há oito anos e, felizmente, agora vamos avançar nesse sentido, mas não vai ser do dia para a noite, vamos levar um ano e meio, dois anos, para fazer isso. O que precisa ser respondido, e que está sendo pesquisado de tudo que é lado, é, afinal de contas, de onde está vindo esse cheiro e esse odor, e nisso precisamos ter muita cautela, porque, de novo, alguns aqui têm preconceito com a iniciativa privada, mas, ao longo da história, também é responsabilidade nossa, como Estado e como Poder Público, por termos transformado os nossos rios, os nossos arroios, os nossos açudes e os nossos lagos em verdadeira cloacas. Isso não é culpa de nenhuma empresa, ou até pode ser, eventualmente, mas é culpa nossa, dos governos, é culpa nossa, da sociedade, e é culpa nossa como políticos.

Eu só peço, por último, Sr. Presidente, que o nosso querido Antônio Elisandro de Oliveira possa nos dar então uma perspectiva de quando poderemos começar a caminhar no sentido dessa captação da água do Jacuí. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sr.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

A SRA. LOURDES SPRENGER: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Como já registrei no início desta Sessão, realizamos uma reunião extraordinária da COSMAM, tendo em vista tantas solicitações e reclamações sobre o problema da água.

Respondendo ao Diretor Marcelo Faccin, vou fazer uma leitura e depois faço as demais colocações. (Lê.): “O gosto e o odor da água potável se devem a substância presente no Guaíba e que passa pelos processos de tratamento da água usados na cidade. Três hipóteses podem ser consideradas relativas à origem desta substância. Na primeira, o composto em si, drenado ao Guaíba por fonte de poluição, causa o problema. Na segunda, esta substância descartada reage com outras já presentes no Guaíba, formando subprodutos malcheirosos. Na terceira, um grupo de organismos desenvolveu-se sem limites e está produzindo os compostos problemáticos. Qualquer destas hipóteses indica condições de saneamento precárias. A literatura cita compostos químicos que podem ocasionar gosto e odor na água potável. Um livro tradicional de tratamento de água descreve nove compostos conhecidos. Actinomicetos, por exemplo, produzem pelo menos quatro compostos odoríferos. Todos podem ser medidos por métodos de química analítica. A determinação da substância misteriosa poderia iniciar com a investigação destes compostos suspeitos. Outro método usado classifica o gosto e o odor em diversos tipos, por exemplo, mofo, terroso, séptico e medicinal. A classe de gosto é um indicativo do tipo de substância química que está na água. O fato de o cheiro

ser sentido quando se abre o chuveiro indica que a substância é também volátil, isto é, deixa a água e passa para o ar. Na realidade, aeração é uma técnica usada no tratamento da água para remover parcialmente este tipo de composto. Porto Alegre vive um problema de saúde pública. A rejeição à água potável faz com que as pessoas usem menos água do que deveriam para manter a higiene. Também as pessoas apresentam diferentes sensibilidades na maneira como são afetadas por água com gosto. Por isto, é muito importante a detecção da substância que está causando o problema e o processo que pode ser usado para removê-lo.” Esse texto é do Professor de Saneamento do IPH-UFRGS, Dr. Antônio D. Benetti; não sou eu, leiga, que estou dizendo.

Então, a partir dessa leitura, eu quero fazer alguns registros, Sr. Diretor do DMAE. Esse levantamento dos últimos 90 dias indica 76 bairros que fizeram reclamações, pelo gosto, pela coloração ou pelo agravo à saúde, conforme os registros de denúncias na Prefeitura – o senhor tem acesso a isso –, somando 1.003 reclamações nos últimos 90 dias. Os bairros que o senhor citou também foram atingidos: Tristeza, Vila Assunção, Ipanema... Só quero fazer esse registro e dizer que nós promovemos uma pesquisa nas redes sociais em que houve a confirmação de vários bairros. Fizemos um mapa e o apresentamos nessa reunião da COSMAM e vamos encaminhar ao Ministério Público, porque nós estamos aqui na busca de esclarecimentos para a população, a fim de tranquilizar a população, não estamos aqui para sermos incendiários. Para isso, eu ouvi também o meu eleitorado e os membros das redes sociais.

Quero também registrar, Sr. Diretor, que observamos que vocês procederam na limpeza de PVs e das casas de bomba, o que é feito usualmente, e a gente conhece a capacidade da equipe dos funcionários do quadro do DMAE. A Fepam poderia nos dizer quantas empresas fazem esse tipo de tratamento de efluentes e como é feita essa fiscalização, já que temos multas? Quanto aos esgotos mistos, qual é a previsão de solução?

Vamos agora voltar a falar da prevenção. O que está sendo feito? Acusamos que o Guaíba não dá mais para captar água, que tem que ir para o outro rio, que há muito tempo, uns seis anos, os estudos disseram que tinha muito fosfato, devido às áreas agrícolas. Então, uma captação dessas, de valor significativo, não é para ontem, seria para alguns anos essa transferência de captação de água. Gostaríamos de saber, na prevenção ainda, como está sendo feita essa fiscalização, tendo em vista que a gente vê, aqui no riacho Ipiranga, de vez em quando, aparecerem bolhas brancas não se sabe de onde. Será que são necessárias a fiscalização, a verificação e a punição de quem polui ou uma campanha educacional, inicialmente, para minimizar esses problemas, para buscar uma solução?

Li em um jornal algo que chamou a minha atenção e a atenção da população; um leitor dizia que nós bebemos uma fórmula química. E nos chegou uma pergunta ao gabinete: por que, aqui no Centro, terminou o odor? O que foi feito para isso? Essas respostas nós queremos para poder acalmar a população. E quanto a prevenção, que é importante: se o rio está poluído, nós vamos fazer o quê? Ficaremos aqui dando discursos, fazendo reuniões, prometendo e prometendo? Não. Tem que ter

uma prevenção. E, como disse meu colega Ver. Valter, não discriminar o empresariado; de forma nenhuma, porque o empresariado gera emprego e renda. Mas a fiscalização tem que ser intensificada, a parte de tecnologia também. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Paulinho Ruben Berta está com a palavra.

O SR. PAULINHO RUBEN BERTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu sou do Interior do Estado e moro nesta Cidade há mais de 50 anos. Toda minha família mora aqui. Eu sou morador do eixo da Baltazar, realmente, algum tempo atrás sentimos uma diferença na água. Como todos nós pleiteamos uma saúde boa, uma saúde com qualidade – e a qualidade da água é importante para isso –, nós fomos acompanhar o processo e vimos toda a movimentação que fizeram esses órgãos públicos na busca da regularização e de uma água potável com qualidade. Hoje, eu, meus netos e toda a minha família tomamos essa água do eixo da Baltazar e nada teve lá, por enquanto, de diferente, não deu nenhuma micose, não deu nada. Está tranquilo para minha família, para as famílias do entorno. Tenho ido aos colégios, às creches, tenho caminhado. Realmente, no início, aconteceram algumas coisas com a água, mas agora parece que lá está sanado o problema. Não posso dizer nada sobre a Zona Sul, mas posso dizer da minha região, e lá, no eixo da Baltazar, o problema da água está resolvido, para nós a água não tem mais odor e o gosto ruim saiu. O DMAE sempre nos trouxe uma água com qualidade. E, pela agilidade que o DMAE teve, hoje nós não sentimos mais o gosto ruim na água, que agora é normal, não vejo problema nenhum mais; acho que se resolve por aí. Então, quero aqui parabenizar o DMAE pela agilidade, porque, no momento em que o problema apareceu, saiu e resolveu, na minha opinião. Quero aqui até dar os parabéns ao DMAE e às Secretarias envolvidas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra.

O SR. ENGº COMASSETTO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sei que este debate é de extrema importância. Nós estamos motivados de estarmos aqui por conta do problema que vem ocorrendo com a água fornecida, que está com o gosto e o cheiro alterados, enfim. Que há um problema, há, é claro, e nós gostaríamos que esse problema já tivesse sido bem esclarecido e especificado à sociedade de Porto Alegre. Ver. Cassio, nós precisamos fazer um diálogo aqui para que possamos ter, com clareza, a resposta definitiva, com profundidade, com detalhamento,

porque teorias têm vindo muitas e eu não vou aqui trazer mais uma teoria. Mas quero me colocar aqui como aliado para ajudar a encontrar a solução.

Eu quero falar mais sobre as estratégias, até porque os Secretários e os entes públicos que estão aqui presentes são os responsáveis pela qualidade ambiental de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. E aí, prezado Elisandro, há um tema que, para nós, não está bem resolvido ainda, que é o grande investimento que fizemos no Socioambiental. Bom, e no Socioambiental estava escrito, nas agendas e compromissos de cada Secretário da Prefeitura, que iriam despoluir um conjunto de arroios de Porto Alegre, devolvendo qualidade. E nós avançamos no Socioambiental, gastamos já o recurso, gastamos no sentido de investimento feito, e os arroios continuam chegando ao Guaíba com alto grau de poluição.

Portanto, Secretário, nós investimos o recurso do Socioambiental, e foi muito dinheiro, e não percebemos, pelo menos de uma maneira qualitativa, que tenha diminuído o grau de incidência de poluição dos arroios de Porto Alegre. E aqui tem uma vivência prática, pois, lá no Lami, neste momento, na orla, que não é a orla da praia de onde eventualmente são retirados os resíduos sólidos, há, mais ou menos, um meio metro de resíduos flutuantes que chegam a 60, 70 quilômetros do início da nossa orla. Bom, essa quantidade de resíduos é o sinal da poluição, como um todo, que ainda permanece no Guaíba. Eu queria poder dialogar um pouco sobre isso e queria dizer aqui ao Ver. Valter e ao Ver. Adeli que eu não quero ser autor da tese de que tenhamos que buscar água lá no Jacuí. Eu quero ser autor da tese aqui, junto com os demais colegas, de que nós possamos utilizar a água do Gravataí, do Sinos, aqui da foz do Dilúvio, porque senão estaremos buscando um paliativo, e o problema central, que é atacarmos a poluição dos nossos mananciais, não resolveremos.

Aproveitando a presença do Secretário Bulling, que representa a Secretaria do Meio Ambiente, portanto não foi ele o responsável pelo o que vou falar aqui, mas nós gravamos aqui nesta Casa, ainda antes do primeiro Plano Diretor, estava lá no Socioambiental, o Parque Linear Arroio do Salso, da foz da Ponta Grossa até as suas nascentes e na bacia do São Pedro e na bacia do Belém Velho, Lomba do Pinheiro, que era para ter a proteção integral, inclusive com o gravame, a delimitação e a marcação do parque. Isso foi retirado do Socioambiental, na revisão do projeto, e ficou somente a estação lá em cima do Morro São Pedro. Portanto, gostaria de saber quando vamos retomar, porque, se nós não fizermos isso agora, que ainda não está ocupado, depois que estiver ocupado o custo será cinquenta vezes superior para remover as pessoas e fazer a recuperação como tem que ser. E ali se tem desenvolvido vários empreendimentos e não tem um planejamento estratégico que venha a construir uma via lateral, enfim, definir e construir o Parque Arroio do Salso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra.

A SRA. JUSSARA CONY: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero, em nome do meu Partido, o PCdoB, cumprimentá-los por estarem aqui, isso é importante para esta Câmara Municipal e para a população de Porto Alegre. Acho que um debate como este tem que ser democratizado e acho que a Câmara está oportunizando isso, porque, afinal, trata-se da vida das pessoas. Um Vereador que me antecedeu aqui já disse que água é vida, e todos nós sabemos disso. No dia 12 de julho, eu vim a esta tribuna, no dia em que a notícia vazou, que saiu nos meios de comunicação, e também participei – a Ver.^a Lourdes já fez aqui o relato –, como membro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, de um debate importante da nossa Comissão, o Ver. Goulart é Vice-Presidente da Comissão, e a Ver.^a Lourdes já trouxe aqui algumas consequências desse debate.

Mas eu quero, rapidamente, no tempo que tenho, trabalhar algumas questões. A primeira delas, e falo como profissional da saúde, é a questão das transversalidades que estão no cotidiano da vida das pessoas. Eu acho que essa transversalidade entre a saúde da população e a reforma urbana, analisando a reforma urbana naquela concepção que já temos debatido, discutido que vai além do controle social, que são as temáticas da habitação, da mobilidade urbana e do saneamento, que são fundamentais. Então, quero contextualizar esta manifestação dentro da discussão da transversalidade entre saúde da população e reforma urbana. Falta muito ainda para efetuarmos a reforma urbana necessária para garantir a dignidade como um todo.

Outro aspecto, na minha opinião, é que está havendo muita demora e desencontro de informações pelos órgãos competentes sobre saneamento ambiental. Hoje nós estamos aqui com esses órgãos, este momento é importante para que a população tenha garantido o parecer sobre esta questão da água o mais rápido possível. Acho que há informações muito interessantes. Eu estou me valendo, agora, do que falei, no dia 12 de julho, sobre as universidades. Eu fui funcionária da UFRGS, sou formada em Farmácia, e a minha preocupação como profissional de saúde é o esgoto doméstico, ou seja, é possível que o odor venha do esgoto cloacal. Mas há outros elementos que também são extremamente prejudiciais à saúde, que são os resíduos contaminantes das indústrias. Então, acho é importante pautar algumas dessas questões aqui.

Nós não estamos aqui para alarmar a população, mas para buscar a solução, acho que todos nós, não é? Quero solicitar que os órgãos competentes se organizem entre si no sentido de que possamos garantir essa qualidade da água e que as pessoas fiquem tranquilas a respeito, porque a presença da bactéria, embora não tóxica, dá a dimensão -importante para os órgãos fiscalizadores e responsáveis por essa política pública - de que ela está se proliferando acima do normal. E a Vigilância Sanitária disse isso, exatamente porque ela está tendo um meio estratégico, oportuno para a sua proliferação, que podem ser os resíduos e pode ser o próprio esgoto cloacal. Se há essa proliferação em demasia, é um indício que temos que observar.

Outro aspecto que eu destaquei é a necessidade – e mais destaco agora – de investigar as denúncias sobre a limpeza das bocas de lobo, e os órgãos públicos devem aprimorar a fiscalização dos serviços prestados. E aí não é ir contra nenhuma empresa, mas, como são empresas terceirizadas, o Poder Público não tem o todo, terceiriza,

enfim, contrata empresas, elas têm que ser fiscalizadas. Nós temos que dizer aqui, dialogar com os órgãos públicos no sentido de que a localização da empresa Cettraliq está sendo questionada. Há pesquisadores que trabalham com análise microbiológica da água – um deles é da Feevale – e que veem com preocupação uma empresa desse porte estar tão perto do abastecimento. Essas são questões que acho que temos que evoluir. E a empresa trata, inclusive, com percolado de aterro, com chorume. Mesmo que esteja dentro do que foi autorizado, é um efluente difícil de se tratar. Acho que aí a Fepam pode contribuir com isso, ainda mais por estar perto do ponto de captação. Então eu creio que, do ponto de vista acadêmico, empresas que tratam efluentes industriais não deveriam ter contaminação por coliformes termotolerantes. E há coliformes. Aparecendo essa quantidade, é indício de forte contaminação por carga orgânica, o que pode, dentro de um determinado tempo, dar problemas sérios. Então são essas questões, essas preocupações, não no sentido de alarmar; a empresa tem que ser contratada, prestar o serviço que tem que ser prestado, ser localizada, de acordo com as pesquisas científicas - afinal a ciência e a tecnologia estão aí para isso - num determinado espaço do local de captação e, fundamentalmente, tem que ser fiscalizada. Então é nesse sentido que eu trago as contribuições, as preocupações, não no sentido de alarmar, mas aproveitando este momento em que nós estamos aqui.

Eu peço desculpas, porque eu sou cem por cento SUS e tenho consulta às 17h30min no meu posto e, amanhã, tenho alguns exames para fazer. Então, vou ter que me retirar. Quero agradecer ao Ver. Waldir Canal por ter trocado o tempo comigo e permitido que eu viesse antes. Também quero agradecer a presença dos senhores. Eu creio que a Câmara está aqui para exercer também o seu poder de fiscalização, de contribuição, para que nós possamos garantir à população vida saudável e água sem contaminação. É isso.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Engº Comassetto assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Engº Comassetto): Obrigado, Ver.^a Jussara Cony. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Essa situação vem ocorrendo há algum tempo. Eu mesmo, como Vereador de Porto Alegre, a tenho acompanhado, bem como tenho acompanhado o esforço do Diretor do DMAE, Elisandro de Oliveira, e dos seus diretores técnicos para terminar com essa situação, que não está sendo fácil para a população. O Diretor do DMAE relata que ele utiliza a mesma água que todos nós utilizamos, como toda a população. Com certeza, Diretor Elisandro, confio bastante no teu trabalho, na tua competência, sempre procurando administrar todas as demandas que chegam até o Departamento. Com certeza, estamos aqui hoje, como alguns Vereadores já falaram, para nos juntarmos e tentarmos solucionar esse problema que é de todos. A população

nos colocou na Câmara Municipal para que sejamos a voz deles e levemos as demandas aos departamentos responsáveis, mas aqui ninguém também está se negando a solucionar, Marcelo Faccin, essa situação – estava atento à sua fala ali, sei que os senhores têm procurado, de todas as maneiras, terminar com essa situação do cheiro, da cor da água. Em nenhum momento, vocês me disseram que estava tudo certo ou para deixar assim; não, vocês sempre foram atrás. Então eu sei que vocês estão com vontade de terminar com esse problema da nossa população – o Ver. Comassetto acabou de falar na situação do Lami, nós que moramos no Extremo-Sul. Nós também estamos fiscalizamos o pessoal que larga lixo no rio. Na semana passada, estava passando em certo lugar e vi um camarada que estava fazendo uma limpeza no seu pátio e largando a sujeira no valo que vai desembocar no rio. Paramos o carro, o camarada virou as costas e entrou para a sua residência. Então, tudo isso vem prejudicar o trabalho que é feito para que as pessoas tenham a sua água limpa da melhor maneira possível. Isso faz parte também da educação de cada um.

Hoje, especialmente, estamos aqui com a presença do Diretor e sua equipe, para que cheguemos a uma solução, e sei que não vai faltar vontade para isso de parte do nosso Diretor, para que a população de Porto Alegre possa conseguir melhorar a qualidade da sua água. O Ver. Paulinho Ruben Berta comentou que seu bairro não tem tido problemas de doença por causa da água. Eu também posso falar, porque tomo água da torneira direto e não posso falar que tenha acontecido alguma coisa no meu bairro, na minha rua. Se tivesse, hoje estaria falando aqui, porque não estou aqui para mentir e sou bem transparente no que falo.

Vamos continuar trabalhando em busca de uma solução junto com o DMAE, com todo o apoio aqui da nossa Câmara Municipal, de todos os Vereadores, pois estamos aqui para agregar e chegar a soluções e não para só criticar, mas tentar resolver o problema da nossa sociedade, que sei que está presente hoje, para que cheguemos a uma solução. Um grande abraço para vocês.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Waldir Canal está com a palavra.

O SR. WALDIR CANAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Bem, primeiramente, quero deixar registrado que, durante a sessão representativa, nós solicitamos que a presidência da Câmara fizesse essa convocação, porque este é o papel da Câmara de Vereadores. Não podemos assistir a um problema como esse e ficarmos passivos sem uma manifestação, sem um pedido de explicação, sem entender o que está acontecendo, sem cobrar ações. A vinda dos senhores aqui nesta Casa, nesta tarde, facilita-nos entender o que está acontecendo, traz-nos respostas e, ao mesmo tempo, questionamentos. Acredito que o ponto positivo deste

comparecimento nesta tarde é o fato de que o DMAE está buscando uma resposta, apesar de ser insuficiente, pois não descobriu ainda a causa do problema na água. Todos nós sabemos que a água direto da torneira tradicionalmente foi tratada como uma água acessível a todos, mas quem mais faz uso da água direto da torneira são as camadas mais simples, mais humildes da população. Esse é um problema muito mais grave do que imaginamos, e já está bem claro, pela fala do Diretor, que está delimitada a área onde se vai pesquisar esse problema – se o Diretor puder me corrigir ou responder. Se a Estação de Tratamento da Ilha da Pintada não tem o mesmo problema, se outros lugares não têm, então está claro que é um problema local, ele está restrito a um perímetro, àquela região.

O segundo passo é estabelecer a forma de resolver este problema. Precisamos entender que vem pela frente o verão, quando as águas baixam, e outros problemas virão, então nós precisamos – e esta foi a fala unânime dos Vereadores – estabelecer um prazo, precisamos ser mais objetivos. “Ah, estamos trabalhando, vamos ver...”. Não podemos trabalhar neste momento com afirmações furtivas, temos que ter afirmações mais objetivas, com algo mais concreto, para não assistirmos a esse problema passivamente. Acho que este não é o papel da Câmara de Vereadores, não é o que nós queremos. Por isso estamos aqui nesta tarde, com certeza vamos ter que conversar mais ali na frente, porque a situação que se encontra não é boa; tanto é uma situação já delimitada, que não se sente na Cidade inteira, pois apenas uma região da Cidade sente o cheiro, sofre com a má qualidade da água, então o DMAE já tem um foco.

Eu quero dizer também que este não é um problema apenas para o DMAE, a Fepam tem uma participação de responsabilidade. Eu vi a Secretaria dando suas explicações, e, não desmerecendo os companheiros que aqui estão, acho que ela, neste momento, tinha que estar aqui também, ela tinha que vir aqui, porque nós somos um Poder, a Câmara de Vereadores é um Poder, o Poder Legislativo. Não é que a ausência dela tenha diminuído a importância dos técnicos, mas ela está à frente. Nós precisamos, como eu disse, de afirmações mais convincentes, mais afirmativas, porque a população não pode esperar tanto tempo – desde maio as pessoas bebem, consomem essa água, acarretando problemas também na área de defesa do direito do consumidor, no turismo. Recebemos relatos de algumas pessoas de fora que vieram aqui, foram tomar banho e se sentiram mal, porque o cheiro era ruim. Então foram se instalar em Canoas, em outros lugares. Os problemas vão se avolumando.

A presença de vocês é muito bem-vinda e esclarecedora. Esta é a aflição que o povo traz para nós, Secretários: “Vereadores, quando vão resolver este problema? Quando estará sendo contratado o laboratório?”. O DMAE e a Fepam têm que ver um mecanismo que possa agilizar mais rápido a contratação, se existe; se não existe, tem que ser colocado para a população, porque este é um problema que diz respeito a todos nós, isso já é mais do que sabido. Secretários e representantes da Fepam, nós sabemos que o Rio dos Sinos teve um problema sério há pouco tempo, e, sobre essas empresas que estão sendo citadas, eu gostaria de saber se a Fepam ou DMAE já as intimou para prestar esclarecimentos, seus laudos, para que eles possam também dizer se estão

contribuindo ou não, ou se há alguma rede de esgoto clandestina sendo jogada no Guaíba. Nós precisamos de resposta a esses questionamentos. A Secretaria da Saúde, acredito que não pôde estar aqui, mas era importante, porque esta também é uma questão de saúde pública, e o acompanhamento da Secretaria de Saúde neste momento se faz necessário. Agradeço a presença de todos vocês. Tenho certeza de que o DMAE e a Fepam estão se esforçando, é o momento de reconhecermos os esforços, mas também queremos um avanço na solução desses problemas. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mario Manfro está com a palavra.

O SR. MARIO MANFRO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Realmente, que existe um problema na água que a população de Porto Alegre está utilizando não resta a menor dúvida, mas o que me tranquiliza – acho que é o aspecto mais importante – é que, em todos os testes realizados em termos de alguma bactéria nociva à saúde, não foi encontrado nada, nenhum problema de infectologia.

Na minha residência, como já foi dito, também utilizo a água do DMAE; meus clientes, todos eles, também reclamam muitas vezes do gosto e do cheiro da água, mas acredito que exigir um prazo para que isso seja solucionado é exigir um pouco demais. O que devemos e podemos exigir é que o DMAE e os órgãos responsáveis se debruçam sobre o problema, estudem, tentem resolver e resolvam o problema. De minha parte, confio que isso está sendo feito, porque ninguém mais do que os próprios responsáveis gostariam que esse problema fosse solucionado.

Eu vim aqui, especificamente, Ver. Paulinho, para dar o meu depoimento no sentido de que não conheço nenhuma epidemia que esteja acontecendo na Cidade em virtude do gosto e do cheiro da água, não há nenhuma estatística comprovando algum problema de pele ou intestinal. É claro que o gosto e o cheiro não são agradáveis, mas tenho certeza de que os responsáveis estão trabalhando, estão debruçados sobre o problema. Acho que exigir prazos seria impossível: como vai ser dado um prazo para que um problema seja resolvido? Eu acho que devemos, sim, exigir que se debruçam sobre o problema, que estudem o problema, vejam qual solução pode ser dada. Realmente, como já foi dito aqui, em outras ocasiões, houve esse cheiro, esse gosto – este não, mas um gosto e cheiro ruim, não igual a esse realmente –, e era devido às algas do Guaíba. Acho que o que mais se tentou fazer, de certa forma, foi estabelecer o pânico na cidade de Porto Alegre, porque as pessoas têm medo de uma epidemia, de alguma coisa que afete sua saúde, e isso já foi descartado pelos laboratórios aqui do Estado e também por um laboratório de São Paulo que fez os testes. Era isso, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Mario Manfro.

O Sr. Léo Antonio Bulling, Secretario da SMAM, está com a palavra.

O SR. LÉO ANTONIO BULLING: (Saúda componentes da Mesa e demais presentes.) Eu gostaria de dizer que temos algumas situações em que o Município licencia as diversas atividades que ocorrem no Município, tanto em indústrias como em outros licenciamentos, a exemplo das moradias, mas há algumas atividades que o próprio Estado licencia. E nós temos na região foco, hoje analisada pelo DMAE, com relação a esse problema existente na água de odor e gosto, algumas empresas que nós também licenciamos. Nós estamos com a fiscalização permanente naquela região toda, estamos com os nossos técnicos e fiscais acompanhando as equipes do DMAE e do Ministério Público, na coleta das amostras, do despejo, do descargo dessas empresas, para também buscar identificar a fonte poluidora. Infelizmente, ainda não conseguimos identificar o produto, o que está ocasionando esse gosto e cheiro na água. Já ouvi duas ou três exposições do DMAE com relação aos avanços que eles têm feito. Infelizmente, os resultados ainda não foram positivos de uma forma concreta. Agora, há a busca de um laboratório em São Paulo para uma avaliação mais ampla dessas amostras coletadas nas diversas casas de bombas próximas e na casa de bombas do Trensurb, onde se identifica, pelo cheiro, uma constância maior. Nós estamos plenamente de acordo nesse conjunto integrado de ações. A Fepam também está presente acompanhando aquelas indústrias próximas daquela região que são licenciadas por ela. Então, o corpo técnico do DMAE e o da SMAM estão empenhados na busca de uma solução o mais rápida possível para esse evento, e nos colocamos à disposição de todos.

O Ver. Comassetto me questionou a respeito do Parque do Arroio do Salso. O Arroio do Salso nasce lá na região do Parque Saint'Hilaire, Morro São Pedro, e deságua, evidentemente, no nosso lago. É uma região que ainda preserva a mata ciliar, e é importante a delimitação daquele espaço como parque. Eu creio que, futuramente, nós devamos ter algumas ações nesse sentido de demarcar o parque e, se possível, até colocar uns obstáculos melhores para que não ocupem as margens, porque, depois, o custo é muito maior.

Então gostaria de agradecer o convite do nosso Presidente da Câmara para estar aqui presente hoje. Creio que o nosso Diretor Elisandro, eu, assim como o Marcelo, demos as explicações do que o Município tem feito no sentido de buscar uma solução para um problema grave e que, ainda, infelizmente, nós não identificamos a causa. Obrigado, Presidente, demais integrantes da Mesa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Vagner Hoffmann, representante da Fepam, está com a palavra.

O SR. VAGNER HOFFMANN: Boa tarde, Srs. Vereadores; boa tarde, integrantes da Mesa. Em primeiro lugar, a Secretária Ana Pellini pede desculpas pelo

não comparecimento em função de uma audiência junto ao Ministério Público no mesmo horário, por isso vim representá-la.

Seguindo aqui mais ou menos os questionamentos que foram feitos por parte da Fepam, primeiramente falando de licenciamento ambiental, sobre a questão documental associada ao licenciamento. À empresa referida, Cettraliq, quando deu entrada no seu licenciamento, em 2002, foi solicitada, como de praxe, a apresentação de certidão de zoneamento dada pelo órgão municipal, com base no Plano Diretor. Foi apresentada essa certidão de zoneamento dando viabilidade ao tipo de empreendimento, que é o mesmo que continua hoje no local; naquela época, era em nome de outro empreendedor, mas, permanecendo a atividade e o local do empreendimento, não há necessidade de uma nova certidão. A princípio, até onde a gente tem conhecimento, o Plano Diretor não teve alterações naquela região e não há um impedimento hoje, que a gente tenha conhecimento, de que, por parte do zoneamento, não seja permitida uma atividade daquele tipo no local. Então, nesse sentido, outros documentos de ordem municipal, enfim, não são integrados no processo de licenciamento originário.

Sobre a questão da região alvo que foi delimitada pelo DMAE e pelo próprio grupo de trabalho, no qual a Fepam se integra, dentro dessa área, as empresas de competência da Fepam foram fiscalizadas. A própria Cettraliq que foi falada é uma empresa que já vinha tendo a sua fiscalização e monitoramento normais com coletas mensais. E, agora, em função desse evento e da delimitação da área onde ela está compreendida, em dois meses houve 19 fiscalizações não só da Fepam, mas acompanhadas pela SMAM, DMAE, DEP, Vigilância Sanitária municipal e estadual. Então não é algo que está restrito simplesmente a um órgão. Mas, sendo de nossa competência, permitimos e levamos todos os outros órgãos que não são fiscalizadores para nos acompanharem, para tirarmos a limpo toda essa questão desses apontamentos que são feitos, tanto por empresas como pela própria população. Para vocês entenderem a problemática da situação, por mais que a gente tenha realmente essa percepção do odor na região, todos os técnicos que foram lá não só de fiscalização ambiental, mas também de órgãos ligados a outros tipos de fiscalização, não conseguiram ainda avaliar se há ou não umnexo ligado diretamente a essa empresa em específico, assim como a outras empresas locais. Na questão de outras empresas de fiscalização municipal, a gente não entrou no mérito, mas fazemos mais objetivamente o que é parte da Fepam.

A maioria dessas fiscalizações foram acompanhadas por diversos órgãos; a gente tem incessantemente comparecido e feito diversos levantamentos, diversas análises na região e acompanhado essas avaliações feitas pelo DEP na própria rede do local que tem toda uma complexibilidade, por ser uma rede nova associada a uma rede antiga de drenagem do local. Então, há a dificuldade de rastrear todas as redes do local. Fizemos diversas inspeções inclusive com georadar para identificar redes não cadastradas na rede do DEP, rastreamentos com corantes, análise em bocas de lobo, enfim. Ainda estamos tentando identificar o que poderia estar associado naquela região que pudesse causar um odor característico e persistente, mesmo depois de tratamentos, mesmo depois de atingir o Guaíba, de passar pela captação do DMAE e mesmo depois do tratamento da água do DMAE.

Que tipo de substância seria essa? A gente fez um levantamento de elementos específicos, mas até agora a gente não consegue nem quantificar esse tipo de composto na água captada do Guaíba, não conseguimos identificar ao certo que tipo de composto é esse. Mas o que a gente sabe – até o próprio Diretor Elisandro falou em uma das entrevistas – é que é algo numa ordem muito pequena e difícil de encontrar analiticamente. Então continuamos nessas pesquisas e, por isso, a contratação de novos laboratórios de análise, para conseguirmos mensurar o tipo. A partir do conhecimento de qual o elemento, a gente tem como associar mais facilmente a fonte geradora em si; por enquanto, a gente não tem essa resposta, por isso continuamos com as investigações.

Na questão da Fepam, temos aumentado o monitoramento também no manancial, porque a avaliação da qualidade do Guaíba, dos recursos hídricos no Estado, em geral, é também de competência do órgão estadual. Então aumentamos o número de pontos - que já foram falados e constam no *site* da Fepam semanalmente, mostrando os parâmetros de qualidade da água, conforme o nosso escopo normal que provém da Agência Nacional da Águas. Além disso, junto com o grupo, intensificamos ao máximo as fiscalizações nas regiões e no entorno também, para conseguirmos chegar a essa resposta. Mas realmente é algo muito complexo, porque o corpo técnico de todos esses órgãos, da Fepam não menos, o departamento de fiscalização de qualidade ambiental, estão todos envolvidos para tentar achar a solução para essa problemática e identificar o que está causando isso. E realmente é algo muito complicado para a gente não conseguir identificar diretamente o composto que pode dar essas características organolépticas na água. Podem ser concentrações baixíssimas, mas é normal que mesmo baixas sejam perceptíveis no odor e gosto, mesmo depois do tratamento.

Então, só para deixar a resposta das indagações, desde o início desta questão, em nenhum momento a Fepam deixou de participar desses trabalhos que são feitos. Muitas dessas questões foram apresentadas pelo DMAE, e a Fepam esteve envolvida, sim, nessas tomadas de decisão e estratégias. As análises laboratoriais são mostradas publicamente dentro desses processos e não identificam qualquer alteração da parte do lançamento deles, mas mesmo assim continuamos investigando, continuamos fiscalizando aquela região incessantemente, tentando achar uma explicação plausível para o que possa estar gerando esse tipo de alteração na água tratada de Porto Alegre. Não sei se eu esqueci de algum esclarecimento específico.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vagner, eu tenho só uma complementação – vou te pedir licença –, até porque não houve manifestação da Fepam anteriormente. Ficou uma dúvida para mim, casualmente, em relação ao que tu falaste no início. Tu disseste que a Fepam licenciou mediante a Certidão de Zoneamento do Município. No nosso caso aqui de Porto Alegre, o documento é a Declaração Municipal, que estabelece o regime urbanístico para aquele imóvel e para aquela área, mais especificamente para aquele imóvel. O nosso Plano Diretor estabelece que determinadas atividades precisam de Estudo de Viabilidade Urbanística, ou seja, somente o zoneamento não permite o funcionamento da atividade. Como este

licenciamento foi feito no âmbito estadual pela Fepam, eu pergunto: não deveria a Fepam ter tomado este cuidado em relação às demais características do licenciamento? Porque também no Estudo de Viabilidade Urbanística são solicitados outros requisitos, além do zoneamento urbanístico. Como isso funciona na Fepam?

A SRA. ANA ROSA BERED: Sou Chefe do Departamento de Qualidade Ambiental da Fepam. Houve uma pequena dúvida. Na verdade, não é o zoneamento, não é o Plano Diretor que a Fepam pede autorização; a Fepam pede a declaração de autorização da Prefeitura para aquela atividade ser implantada naquele local. Então, quem deve estudar toda a gama de documentos e restrições existentes no Município é o Município, e não é só Porto Alegre. A Fepam repassou a Porto Alegre o licenciamento em 2004, se não me engano. De 2004 a 2014 nós não executamos mais licenciamento, mas o documento que se pede para todas as Prefeituras e para todos os empreendimentos é uma declaração de autorização de localização. Isso aborda toda a legislação que o Município tem.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Sim. Só que, no caso de Porto Alegre, este documento é o Estudo de Viabilidade Urbanística. Houve o Estudo de Viabilidade?

A SRA. ANA ROSA BERED: Não, nós não sabemos qual é o estudo. Nós precisamos de uma declaração assinada pela Prefeitura – pelo Prefeito, no caso, declarando que o imóvel, que aquele empreendimento está de acordo com todas as regras municipais.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Isso existe?

A SRA. ANA ROSA BERED: Sim. Sempre se pede.

O SR. VAGNER HOFFMANN:Consta, inclusive, no relatório do DMAE, numa das apresentações que nós vimos há pouco, acho que na semana passada, uma autorização administrativa da SMAM – isso lá de 2002. Uma declaração administrativa, não houve um estudo na SMAM com relação à instalação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu acredito que este tema nós teremos que retomar, porque, realmente, talvez parte da dificuldade esteja nesta questão do licenciamento.

O Secretário Elisandro está com a palavra para as considerações finais.

O SR. ANTÔNIO ELISANDRO DE OLIVEIRA: Quero cumprimentar os Vereadores e agradecer pelas questões levantadas, todas bastante pertinentes.

Anotei muitas coisas, mas vou tentar ser o mais sintético possível, começando pela Ver.^a Sofia, a primeira que se manifestou.

Na Lomba do Sabão, nós tínhamos um sistema – em 2013, nós encerramos as atividades ali, não é, Marcelo? – com alta presença de manganês, ferro e também carga orgânica proveniente de esgoto. Então, é um ponto que o DMAE não pretende retomar, porque a qualidade, de fato, está bastante comprometida. Inclusive, também, tinha problemas persistentes de cor. Falando em cor, temos feito um esforço grande para explicar para a população que, sim, nós temos questões pontuais de alteração de cor diariamente na nossa Cidade. Temos em torno de 300, 500, 700 manifestações no 156 por dia. A maior parte destas manifestações são a respeito da necessidade de conserto de rede. Quando se conserta uma rede, normalmente após o retorno da água – são fechados os registros para fazer o conserto –, a água vai provocando o arrasto de partículas, pressionando as paredes das tubulações; então, pontualmente e por um período que não deve ser muito demorado – em média, duas horas – há alteração da cor. Normalmente, quando a gente vê um hidrante jogando água é um expurgo – temos orientado o pessoal a colocar uma plaquinha – para lavar a rede após os consertos. Neste episódio de que nós estamos falando, nós afastamos as questões de cor. Nós estamos falando de alterações de fato, aí mais generalizadas, em alguns sistemas da Zona Norte e Centro, especialmente, nas questões de odor e sabor. Então, cor é outra coisa.

Nós não fizemos adaptação no tratamento, nenhuma adaptação. É importante, o Marcelo sempre diz isto: nós não adicionamos nenhum produto a mais no tratamento convencional; nenhum novo produto foi adicionado e nem houve alteração de fornecedor. O que nós adicionamos, sim, foi o dióxido de cloro – e isso já era uma expertise dos períodos de verões quando havia alteração de algas. Isso já é um tratamento avançado de que o DMAE dispõe, então o DMAE já tinha estoque de carvão ativado e utiliza comumente, como o Marcelo disse na apresentação dele, o dióxido de cloro para o combate ao mexilhão dourado, que se incrusta nas tubulações na captação. Então, a gente passou a adicionar 24 horas o dióxido de cloro; antes, era para o combate ao mexilhão, um terço disso, oito horas por dia era o suficiente. Neste momento, para amenizar o impacto das alterações, nós passamos a adicionar, especialmente na captação Moinhos de Vento/São João, dióxido de cloro 24 horas por dia, e, da mesma forma, uma dosagem de carvão ativado. Funciona mais ou menos da seguinte forma: o dióxido tem a capacidade de oxidar – dióxido, tem oxigênio, e ele fragmenta, ele reduz, ele destrói certos compostos, e, entre eles, estes que também causam alterações de gosto e odor. E o carvão ativado funciona como uma esponja: ele absorve, ele retém estes compostos. Isso, sim nós, de fato, acrescentamos.

Quanto ao dióxido de cloro, algumas pessoas dizem: “Ah, então você aumenta o residual de cloro na rede”, que é uma questão muito importante. O cloro é a grande garantia da barreira sanitária. A nossa água não tem nenhuma contaminação microbiológica. Isso é muito importante deixar claro, mas do dióxido de cloro usado lá na captação, lá no pré-tratamento, na chamada água bruta, não permanece nenhum

resíduo na água tratada. É um processo que é adicionado e opera, digamos assim, apenas entre a captação e a chegada nas estações de tratamento.

Nós temos muita segurança, muita tranquilidade em afirmar que a água que estamos distribuindo não é prejudicial à saúde, primeiro porque nós temos todas as análises atendendo o padrão de potabilidade atestadas, não só por nós, mas pelas Vigilâncias Sanitárias municipal e estadual que nos fiscalizam. Nós tivemos até órgão de imprensa realizando testes analíticos e laboratórios particulares contratados que também reafirmaram, mesmo que num conjunto mínimo de padrões, de parâmetros, que também atestaram. Estes elementos que estão fazendo parte da água que a gente imagina, alterando gosto e sabor, eles, com certeza, pelo o que a gente analisou até agora, estão em presença muito pequena, portanto, a questão da diferença entre o veneno e o remédio é a dose, quer dizer, não há nenhuma perspectiva... São traços, são presenças que, inclusive, estão no ar também, no solo, dependendo do grau de poluição. E nós, como já foi dito aqui, sabemos que não há nenhum relato de epidemias que possam ser relacionadas à água neste período.

A mudança no ponto de captação não significa que aquele ponto esteja comprometido. Sobre a avaliação geral de parâmetros, ele não é nível 4, ele é nível 3. De fato, ele tem uma presença de carga orgânica um pouco mais elevada que os demais, mas ele não está comprometido. Ele é, sim, não de hoje, um ponto de atenção do departamento e, por isso, não de hoje, temos um projeto, e, também, não deste episódio, já estávamos tratando, inclusive junto com a Fepam, de validar um Termo de Referência para licitar o que está em andamento neste momento no Departamento – e já estava antes dos episódios, repito – a licitação do Estudo do Impacto Ambiental.

A Ver.^a Sofia trouxe ainda alguns relatos aqui. Nós sabemos que esta empresa de tratamento de resíduos que existe na nossa região de monitoramento não é a única no Rio Grande do Sul. Nós temos, por exemplo, em Estrela, uma outra empresa que tem um propósito muito semelhante. A gente sabe que essas empresas fazem, de fato, um tratamento de resíduos, e, portanto, elas são importantes. O DMAE também é um órgão de tratamento, só que de esgoto.

O Município não está parado. O Município notificou esta empresa recentemente. Este prazo está correndo até 15, 16 de agosto. Tanto a SMIC quanto a SMURB estão solicitando as providências. Este despacho que foi citado aqui, de 2002, foi de um assistente administrativo, pelo que a gente conhece, da SMAM.

Agora, a gente tem que ter muito cuidado. O Secretário da SMAM me informou que ela, inclusive, já está gravada como uma AEI, que uma Área Especial de Interesse Cultural. Isso também interage com a questão da obtenção do EVU.

Eu moro no Humaitá, eu conheço aquela região, eu passo ali todo dia. E eu também sei, com toda a responsabilidade, que aquela região tem várias fontes potenciais de poluição. Tem muito aterro, é uma região que historicamente trabalhou com reciclagem de resíduos sólidos. Nós temos ali operação portuária, nós temos os Aduos Yara, nós temos uma rede de drenagem bastante diversa, bastante antiga naquele ponto da nossa região central de monitoramento, enfim, nós temos depósitos de calças, de resíduos da construção civil. É uma região muito úmida, o que também interfere nessa

questão da poluição. O lençol freático ali é muito superficial. Então, nós temos também que analisar essas coisas e trabalhar com a lógica de que pode estar acontecendo também uma poluição difusa, contribuindo para essa carga, porque nós temos muita segurança, ela chega pela casa de bombas da Trensurb. Isso foi analisado, foi constatado, nós temos muita segurança, porque ali está a maior alteração que nós encontramos neste processo de monitoramento.

Respondendo algumas perguntas da Ver.^a Fernanda Melchionna, nós solicitamos, o MP abriu inquérito civil um dia depois de fazer reunião a tarde inteira conosco lá no DMAE. Para nós é muito confortável a presença do MP, mas eles dão segurança do ponto de vista investigativo; o DMAE não é um órgão investigativo, o papel do DMAE, entre outras atribuições é, sim, fazer o monitoramento das redes, mas temos que ver se existe rede separadora – as pessoas devem estar ligadas na rede separadora –, essa é a competência fiscalizatória do DMAE, e para isso temos atuado. As relações com saúde, a questões de problemas de pele, dos olhos, do pessoal na hora de tomar banho, tivemos relatos, mas não há nenhuma relação direta com isso. Isso não é um problema só deste inverno, o DMAE tem registros históricos do inverno: quando diminui a temperatura, você tem que automaticamente aumentar a temperatura do banho, e a própria mucosa sofre com a exposição ao frio, então o impacto da temperatura contribui para essas alterações. Claro que a gente compreende, a população quer saber a resposta, tem todo o direito disso. Ninguém gosta de ter alteração na água, nós não gostamos disso. Aí surgem as ilações, que, diante da dúvida, as pessoas começam a fazer, então a gente deve descartar. Todas as questões relativas à pele, escamações no couro cabeludo, conjuntivite, essas coisas não têm nada a ver com a nossa alteração de gosto e odor na água.

O período para as novas análises: temos 15 dias a partir da conclusão da contratação, estamos na fase final de contratação, é preciso fazer uma contratação emergencial, respeitar o rito, mas a gente tem certeza de que nós vamos ter o resultado dessas análises ainda no mês de agosto, quer dizer, a gente pode ter tranquilidade para trabalhar com essa perspectiva. A questão da água insípida, inodora e incolor, a gente sabe, desde as séries iniciais somos educados neste formato, essa é uma perspectiva digamos assim, do mais ideal. Na realidade, com o nível de poluição que temos, água tratada, regiões metropolitanas, é uma realidade que de fato não é simples de a gente atender isso plenamente. Isso não quer dizer que tenha qualquer relação com insegurança do ponto de vista da potabilidade. Todavia, o Ver. Valter Nagelstein falou, e de fato não é a primeira vez que temos essas alterações, embora nos eventos anteriores, com muita segurança, relacionamos a algas, à carga orgânica. A captação do Jacuí não é o debate de hoje, acho que a cobrança dele de fato sempre é no bom sentido, nós compreendemos isso, não nos cabe fiscalizar empresas, essas análises que são feitas inclusive pelo cliente final da empresa, ou em outras fases do processo de tratamento da empresa. O DMAE não entra, ele tem contratadas as análises, mas ele faz questão de não entrar inclusive na empresa – alguma vez entrou junto com a Fepam, mas esse é um trabalho que compete à Fepam.

Nós já vínhamos tratando da questão da captação. Como já disse, nós admitimos discutir o projeto, adequar o projeto. Claro que há uma corrida entre a tecnologia e a poluição, agora, nós sabemos que é importante haver essa troca, porque embora o Rio Jacuí não esteja totalmente imune à poluição em termos de esgoto e até mesmo de agroquímicos que vêm do interior do Estado – sou agrônomo, conheço bem essa realidade, sou daquela região, inclusive, de Santa Maria –, hoje a gente tem perspectivas também de redução do custo de tratamento. Mesmo que este ponto não esteja comprometido, ele tem limites, de fato, que a gente tem monitorado com atenção, mas a gente sabe que existem estimativas que falam em até 40% de redução dos custos no tratamento para essas regiões do Centro e da Zona Norte da Cidade, alterando o ponto de captação e pegando água de melhor qualidade daquela região do Saco do Ferraz.

Com relação à ETE Navegantes, é importante dizer, Vereador, que o resíduo, o efluente final do tratamento do esgoto da ETE Navegantes não vai para a casa de bombas da Trensurb, onde tem um cheiro característico; ele vai para a casa de bombas nº 5 do DEP, mais à montante, mais ao Norte, mais próximo da Arena do Grêmio. A gente tem descartado isso, porque, apesar de lá haver uma carga orgânica maior do que na casa de bombas da Trensurb, porque ela drena ali uma região muito maior; a casa de bombas da Trensurb drena uma região muito pequena, basicamente os trilhos do trem e uma região que vai do DC Navegantes até os limites ali da Voluntários, embaixo da ponte, onde ali existe um cheiro característico, que, segundo relatos, está também nas lagoas de decantação da empresa, nos tanques de equalização, na casa de bombas da Trensurb e ali mesmo que, por várias relações que as pessoas fazem, é encontrado na água também. Por isso temos focado o monitoramento na casa de bombas da Trensurb.

A Ver.^a Lourdes trouxe à tona o artigo escrito na Zero Hora, do professor da UFRGS, Antônio Benvenuti, e a gente concorda com duas das três possibilidades, Vereadora: nós temos muita dificuldade em admitir, aliás, nós não admitimos, a possibilidade de ainda ter bactérias, porque essa expertise o DMAE tem há tempos, e se evoluiu muito significativamente na Cidade, nos últimos tempos, a questão do tratamento do esgoto, e só em 2015 a gente passou de 33% para 66% de tratamento. Nós já temos indicadores – depois vou falar aqui uma coisa na linha do que o Ver. Comassetto nos questionou –, mas, sim, pode ser um composto volátil, ou pode ser um composto volátil reagindo com alguma presença também de carga orgânica. Existe, sim, embora em pequena quantidade, na casa de bombas da Trensurb, e até eventualmente com o novo resíduo da bactéria que também foi encontrada ali em menor quantidade que na casa de bombas da Trensurb, como eu disse, lá onde tem mais carga orgânica. Mas o cheiro só existe ali, portanto, trabalhamos com a tese só do composto volátil ou do composto com alguma ação ali, como foi dito, com a questão da carga orgânica e microorganismos. É importante a informação segura. Nós, inclusive, nesses últimos dias, procuramos nos manifestar neste mesmo órgão de comunicação, falamos sobre a questão da potabilidade e das informações, porque muito pior do que o desconforto do gosto e cheiro é ficar exposto a fontes alternativas, que, mesmo, às vezes, sendo

insípida, inodora e incolor, também podem ser altamente contaminadas. Temos vertentes nesta Cidade, temos nascentes, e temos recomendado muito que as pessoas não busquem isso como fonte alternativa, e muito menos diminuam o consumo de água, porque é importante para a nossa saúde.

Ao mesmo tempo em que a crítica, a cobrança é importante, a gente aceita a comunidade sabendo que ela tem o sentido de colaborar para que isso seja resolvido o mais rápido possível, nós também não podemos fazer alarme e passar informações falsas para a população no sentido de criar um ambiente e um clima de pânico nas pessoas, porque não há motivos para isso, definitivamente. As limpezas que nós realizamos nos postos de visita e casas de bombas naqueles entorno da Ponte do Guaíba não é uma competência no dia a dia nosso, ela é da competência do órgão responsável pela drenagem; nós limpamos as nossas redes de esgoto sanitário regularmente, especialmente em momentos de obstrução.

Nós temos, hoje, um percentual ainda de esgoto misto na Cidade, e estão autorizados os empreendimentos mediante a instalação de uma fossa e um filtro, onde a gente não tem rede separadora que leva para tratamento, e isso está na casa de 20% ainda da coleta que fizemos de esgoto do Município. Nós temos em torno de 65% de coleta já na rede separadora absoluta que leva para as nossas estações de tratamento de esgoto, e temos em torno de 23% ainda na rede mista que visa em torno de 90% da Cidade com coleta de esgoto, sendo ela na rede mista ou separada. Assim: 65% da população atendida com coleta separada; 66% nós sinalizamos no ano passado do volume do esgoto produzido que foi tratado. Mais ou menos parecido, na verdade, neste caso.

Fosfato e carga orgânica não são surpresa para o DMAE, nós convivemos com isso há muito tempo, o DMAE tem expertise nisso. A água, historicamente, tem sido tratada com essas condições. Vou falar um pouco sobre o Pisa, que está sendo feito, que o Vereador Comassetto nos questionou, e diminuiu no Centro, assim como diminuiu em outros lugares, Ver.^a Lourdes, porque, na verdade, temos três coisas que contribuem para essa alteração: primeiro a intermitência na percepção dessas alterações, o que poderia combinar com algum descarte em batelada e não contínuo, mas a gente percebe nas regiões que foram mais afetadas que ora melhora, ora fica um pouco mais intenso. As pessoas não percebem também no mesmo limiar, algumas percebem mais facilmente, outras menos. A pluviosidade, a chuva altera essas percepções, porque tem a questão do fluido da diluição e obviamente que o nosso tratamento avançado com carvão e com dióxido também tem alterado e amenizado muito esses impactos.

O Ver. Paulinho registrou aqui, sou testemunha, e agradecemos por isso, que no Eixo-Baltazar não houve alterações, e acho que é importante a gente agir com transparência, informar à população.

O Ver. Comassetto nos questiona aqui quando teremos respostas. A gente sabe que a sociedade quer isso, agora, aqui já foi dito, o Ver. Mario Manfro citou alguma coisa nesta linha, não é uma investigação simples, ela envolve pesquisa investigativa. Tivemos outras cidades do mundo, como alguns anos atrás em Barcelona, no Primeiro Mundo, onde se passou por uma crise e, lamentavelmente, também, a

situação foi amenizada, passou, retornou à normalidade e não se descobriu efetivamente a origem dos compostos que estavam alterando as condições da água. Sobre o Pisa é importante dizer, a respeito dos resultados, que o Pisa foi planejado de que os resultados em termos de balneabilidade e despoluição não são percebidos de uma hora para outra, mas nosso nível de tratamento ampliou muito nos últimos anos. Nós já temos alguns indicadores, por exemplo, como a demanda básica de oxigênio, que tem diretamente uma relação com a carga orgânica presente, que tem diminuído nos últimos anos, especialmente nessas regiões do Centro até o Extremo-Sul da Cidade, que é uma região mais afetada diretamente pela estação de tratamento da Serraria. Nós investimos com recursos próprios do DMAE num projeto chamado Conexões, nós temos uma grande preocupação com as ligações de esgoto hoje, na cidade. Temos cinco contratos, um deles no Arroio do Salso, em uma região da Restinga, no Arroio Capivara e no Espírito Santo, naquela região de Ipanema, especialmente, no Arroio Cavalhada, no Arroio Águas Mortas, aqui na Glória, que é um afluente do Dilúvio, e o próprio Arroio Dilúvio. Cada contrato desses nós estamos realizando em torno de 1.600 ligações; cada ligação compreende em torno de duas ou três economias, porque a relação de ligação e economia não é um a um, tem uma ligação que atende um condomínio, mas também tem ligações que são residência unifamiliar, uma média de duas a três economias por ligação.

Nós estamos, neste momento, executando mais de cem quilômetros de rede, separador absoluto, tanto nas regiões que atendem ETE Serraria, quanto na região norte da Cidade. Então, há um conjunto de ações complementares ao Pisa, o Pisa já mostra... A própria balneabilidade neste ano, se nós formos olhar no ano passado, Lami e Belém Novo, os pontos de balneabilidade foram considerados, a SMAM divulga, as zonais são feitas pelo DMAE, e comparativo com o ano passado, a gente pode olhar, os resultados foram muito melhores neste ano.

Bom, nós também concordamos que uma captação nova não resolve tudo, quer dizer, pode poluir novamente, a gente precisa se preocupar com a poluição do modo estrutural e mais geral. E aí é uma corrida, como eu disse, entre tecnologia e poluição. O Ver. Eng^o Comassetto falou do Parque Mineral do Arroio do Salso, já dialoguei com ele em outros momentos. Na verdade, a ETE Serraria está registrado na Saúde como ETE de lagoas, inclusive, se falou em 300 hectares de lagoa, e naquele momento, o parque seria, inclusive, uma necessidade para diminuir os impactos também. Então, eu não quero responder pela SMAM, mas sei um pouco desse histórico, apenas do departamento, de que havia um planejamento um pouco distinto nesse caso.

A Ver.^a Jussara Cony, sempre muito atenta para democratizar o debate, a questão da transversalidade que ela fala, ela sempre foi muito parceira. A gente trouxe aqui o debate do Plano Municipal de Saneamento, que é um debate na linha do saneamento ambiental. Essa relação das doenças, principalmente as de vinculação hídrica, como ela falou; a questão da reforma urbana, do fim do planejamento urbano, mas de certo modo saneamento, habitação e mobilidade, faz todo o sentido. Nós vimos recentemente, a questão do *Aedes aegypti*, que tem toda uma vinculação direta com as

questões do saneamento ou com a falta dele. Então, é importante, sim, focar esse debate.

A questão da demora, a gente já explicou um pouco disso.

Desencontro de informação, olha, existem duas teses gerais nesse processo. Uma, que foca na questão do esgoto, que nós, de fato, não temos concordância, embora a gente admita que o esgoto possa estar com sua parcela de contribuição; e há uma tese que foca mais na questão dos resíduos industriais, que nós achamos que precisamos continuar investigando.

Indo já para a linha final, Ver. Canal, cumprimento-lhe por ter feito a solicitação, juntamente com outros Vereadores que, reiteradamente, solicitaram esse debate. De fato, nós temos uma preocupação com o pessoal mais humilde, porque fica exposto à necessidade de consumir e ele não pode ser orientado a buscar alternativas. Nós definimos claramente a região do monitoramento, como ele citou. Lógico, estamos preocupados com o verão, queremos buscar essa resolutividade, nós temos um prazo, como disse, no caso da empresa, mas é importante que a gente diga, pessoal: hoje muitas das nossas novas gerações, às vezes, até entendem que alguns produtos com os quais a gente se alimenta no dia a dia surgem no mercado; assim como alguns acham que a água brota na torneira ou o DMAE a produz em laboratório. Não, a água faz parte do meio ambiente. O DMAE está fazendo o seu papel, e o próprio departamento contribui para a fiscalização.

O Ver. Paulinho Motorista, nosso amigo, acompanha de perto, nos monitora, nos questiona sempre, agradeço a parceria, sou testemunha. A região do Belém Novo não tem sido muito atingida.

De fato, Ver. Mario Manfro, para encerrar, estamos com problema, estamos trabalhando em cima dele.

A respeito da bactéria é importante, pessoal, nós temos muita segurança que não tenha sido a bactéria, porque existem parâmetros que estão inclusos na própria Portaria nº 2.914, que nós investigamos, sistematicamente, que, na época do verão, quando há escassez de água, nós a encontramos e, agora, não a encontramos. Portanto, ou essa bactéria está produzindo, a partir de um composto novo, na linha da tese em que outro esgoto e o resíduo industrial está produzindo um novo metabólico que nós, de fato, não conhecíamos, que não está previsto em nenhuma Portaria, ou é outra coisa. Mas não há, não há, repito, nenhum resíduo conhecido da bactéria actinomicetes, ou da cianobactéria, que são as algas azuis, porque essas, em outros momentos, nós já identificamos nos verões. Agora, não há a presença identificada nessas análises.

A questão do prazo, de fato, não há com estimas lamentavelmente, mas nós somos os mais interessados. Não há nenhuma epidemia. Estamos estudando algumas outras soluções, por exemplo, que é a questão a aeração. Nós teríamos uma quantidade muito grande de aerar todos os nossos prédios e decantação de parasitas, mas nós estamos estudando até que tenha energia da aeração para aplicar lá na casa de bombas da Trensurb. Para, na origem, tentar amenizar, claro que, na medida em que oxigenar e ele e eliminar os compostos da água, aí eles vão para o ar, como a gente já percebe ali naquela região.

Pessoal, sei que me perdi um pouco, obrigado pela atenção, e parabéns a todos os Vereadores pelo interesse. A gente conta com a ajuda de todos vocês, porque gente sabe esse é um problema que, num primeiro momento teria mais gente interessada, mas ele é de todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Secretário Elisandro; também quero agradecer ao Secretário Léo Antonio Bulling, ao Marcelo Faccin, Diretor do DMAE, e ao Vagner Hoffmann, da Fepam, pelos esclarecimentos.

Quero dizer que, logicamente, não nos tranquilizamos por completo, porque ainda não conseguimos a solução definitiva, mas também não nos surpreende o zelo, todas as iniciativas, todas as precauções e todas as atitudes que foram tomadas tanto pelo DMAE, quanto a nossa Secretaria Municipal do Meio Ambiente. E, logicamente, vamos precisar continuar acompanhando e, talvez, propormos uma readequação nos termos da delegação de competência do Estado para o Município, para que tenhamos mais precaução nos licenciamentos, aqueles que ainda são executados pelo Município. Agradeço a presença de todos.

Esta Presidência solicita a alteração da ordem dos trabalhos, para que passamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1045/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 098/16, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que institui o programa Escola de Ofício nas escolas da rede municipal de ensino.

PROC. Nº 1349/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 126/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que estabelece regras para a guarda de animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores.

PROC. Nº 1437/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 136/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que obriga a castração química de estupradores de animais no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1511/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 147/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que determina o custeio e a manufatura de casas térmicas para cachorros de rua pelo Executivo Municipal.

PROC. Nº 1604/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 162/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que obriga as escolas públicas da rede municipal de ensino a disporem de 2 (dois) a 10 (dez) animais de estimação em suas dependências.

PROC. Nº 1617/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 164/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que determina o custeio, a manufatura e a distribuição de 3.000 (três mil) casas para cachorros de rua pelo Executivo Municipal.

PROC. Nº 1654/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 018/16, que inclui a al. e no *caput* do art. 3º da Lei nº 8.266, de 29 de dezembro de 1998 – que dispõe sobre o regime de adiantamento a funcionários da Administração Centralizada, Autarquias e Fundação –, prevendo a aquisição de matrículas de imóveis para fins tributários como exceção ao limite de adiantamento de numerário previsto no *caput* do art. 2º da mesma lei.

PROC. Nº 0848/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 074/15, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que obriga os agentes públicos a entregar às unidades administrativas de serviço de pessoal dos órgãos da Administração Direta ou das entidades da Administração Indireta a que se vincularem, de qualquer dos Poderes do Município de Porto Alegre, declaração de bens e rendas que constituam seu patrimônio, determina que essas unidades administrativas exerçam o controle de sinais aparentes de riqueza ou de enriquecimento ilícito dos agentes públicos e dá outras providências.

PROC. Nº 0898/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 079/16, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que estabelece normas para a realização de competições esportivas na modalidade corrida de rua. **Com Emenda nº 01.**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0985/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que institui o Programa Porto Alegre Contra o Crime.

PROC. Nº 1034/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 097/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que institui o Programa Porto Alegre Ilimitada, visando à promoção do acesso à internet com conexão banda larga fixa e ilimitada.

PROC. Nº 1257/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 120/16, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Evandro José da Silva – Evandro Hazy.

PROC. Nº 1351/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 127/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que assegura aos alunos matriculados no último ano do ensino médio da rede municipal de ensino a realização gratuita de testes vocacionais.

PROC. Nº 1469/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 140/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Pedro José Polidori o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Dois Mil e Sessenta e Três, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 1473/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/16, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor Paulo Roberto Diehl Kruse.

PROC. Nº 1479/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 141/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Vicente Maia Filho o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil e Três, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 1483/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 142/16, de autoria da Mesa Diretora, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à professora Aracy Maria da Silva Lêdo.

PROC. Nº 1493/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 143/16, de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Hermes Teixeira da Rosa.

PROC. Nº 1494/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/16, de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Mor Ndiaye.

PROC. Nº 1496/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 144/16, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que inclui a efeméride Dia Municipal em Memória dos Desaparecidos Políticos no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 30 de agosto.

PROC. Nº 1501/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/16, de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, que concede a Comenda Porto do Sol ao Lions Clube Porto Alegre Bento Gonçalves.

PROC. Nº 1505/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 146/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Ernesto Cláudio do Nascimento o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil e Nove, localizado no Bairro Hípica.

PROC. Nº 1529/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 150/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que denomina Beco Luiz Sidnei dos Santos Ogando o logradouro não cadastrado conhecido como Beco C – Estrada Otaviano José Pinto –, localizado no Bairro Lami.

PROC. Nº 1530/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 151/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia do Ioga no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 21 de junho.

PROC. Nº 1532/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 152/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia do Nutricionista no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 31 de agosto.

PROC. Nº 1536/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 153/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que inclui a efeméride Dia da Presença Calabresa em Porto Alegre no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 11 de abril.

PROC. Nº 1570/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção – Comunidade Terapêutica Casa Marta e Maria.

PROC. Nº 1585/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Central de Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo do Estado do Rio Grande do Sul Ltda. – Unicred Central RS.

PROC. Nº 1597/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/16, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que concede a Comenda Porto do Sol ao Centro de Tradições Gaúchas Lanceiros da Zona Sul.

PROC. Nº 1643/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/16, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor Alceu de Deus Collares.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Agradeço, Presidente, e prometo aos funcionários e funcionárias que serei breve, mas solicitei ao Presidente Cassio Trogildo Liderança de oposição, porque a situação é gravíssima, o dia de amanhã será um dia dramático para a cidade de Porto Alegre. E as nossas três bancadas de oposição têm uma posição muito clara de crítica à ineficiência, à incompetência, à leniência do Governo do Estado em relação à segurança na cidade de Porto Alegre, e de resto, no Estado do Rio Grande do Sul. As consequências disso, desta insegurança, Ver. Comassetto, com o parcelamento dos salários, com o massacre dos funcionários públicos estaduais repercutem no dia a dia dos nossos cidadãos e cidadãs e resultam em assassinatos, em mortes. Infelizmente, a nossa capital tem a alcunha nos jornais de “capital dos homicídios”. Como a Câmara de Municipal de Porto Alegre, não pode ficar calada diante de uma alcunha dessas, que é baseada em fatos reais, em fatos gravíssimos. Os dados do 1º semestre da nossa capital, considerada a linha de assassinatos, desde 2011, ano em que tivemos 211 assassinatos no primeiro semestre; 231, em 2013; 251 em 2014; a partir de 2015, dispara. Nós vamos para 303, no 1º semestre; e 407 assassinatos, Presidente, no 1º semestre de 2016 na cidade de Porto Alegre. Não é a toa que a cidade está em alas, em desespero, se organizando em todos os cantos, porque não são mais só roubos de celulares, de carteiras e de carros. Nós temos um aumento absurdo de assassinatos. E as nossas escolas estão vendo os seus jovens, ex-alunos, alunos infrequentes, mesmo assim alunos; jovens na periferia da cidade, a maioria que está sendo assassinada, 407 cidadãos perderam a vida neste ano na nossa cidade. Eu quero aqui, em nome da oposição, dizer que nós aprovamos, Presidente, V. Exa. tomou a iniciativa, não está ausente, há um Comitê Metropolitano funcionando nesta capital. Mas é pouco, Presidente. É pouco, nós precisamos pensar em atividades mais concretas, Ver. João Bosco Vaz, que aqui está; fizemos várias indicações no 1º semestre, de vários Vereadores, de mudanças, alternativas e pró-atividades, inclusive, da Prefeitura de Porto Alegre, no sentido de integrar ações Estado e Município. Nós necessitamos, urgentemente, essa é uma das indicações: da retomada dos Territórios da Paz. Porque se não for um Território da Paz, pelo menos, uma atuação ofensiva presente, da Brigada Militar e da Polícia Civil, nos focos de geração de crime na cidade de Porto Alegre. Esta matéria se refere à Rubem Berta. Rubem Berta é uma loucura, e é uma das regiões onde o Território da Paz estava instalado, com presença da Brigada Militar e da Polícia Civil investigando, atuando ostensivamente. E que a partir de 2015 é retirado, e desarticulado, assim como na Restinga, na Grande Cruzeiro e Lomba do Pinheiro. E nós não podemos mais conviver com isso, não podemos. A retomada dos Territórios da Paz é urgente, custe o que custar. Então, no dia de amanhã, nós estaremos atentos, acompanhando as movimentações dos funcionários estaduais, dos brigadianos, dos funcionários especiais da Segurança, mas também as escolas que reduziram o horário por conta do parcelamento, e que estão sendo atingidas brutalmente pela violência. Entendemos, Presidente, vamos formalizar, que a Casa, mesmo nós estando nesse espaço pequeno, podemos fazer talvez num espaço alternativo, deve fazer mais uma vez uma audiência pública desta vez. Uma vez que as notificações das indicações já chegaram todas no Governo do Estado; e que no Governo

Municipal a gente possa fazer uma audiência pública, a partir do que nós indicamos no 1º semestre, para que os órgãos federais e municipais venham a esta Casa prestar contas de quais atitudes, quais medidas estão tomando para a segurança dos cidadãos e cidadãs de capital. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h11min.)

* * * * *